



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LINGUA PORTUGUESA**

LUCIANA SOUZA SANTOS DOS ANJOS

**EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE:
ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O PRECONCEITO LINGUÍSTICO
NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CRÍTICOS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

LUCIANA SOUZA SANTOS DOS ANJOS

**EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE:
ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O PRECONCEITO LINGUÍSTICO
NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CRÍTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em letras,
do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial
para a obtenção do Título de Licenciado em Letras
Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giana Targanski Steffen.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

A619e

Anjos, Luciana Souza Santos dos.

Educação linguística e a valorização da diversidade : estratégias para combater o preconceito linguístico na formação de cidadãos críticos / Luciana Souza Santos dos Anjos. - 2025.

52 f.

Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giana Targanski Steffen.

1. Linguagem e educação. 2. Diversidade linguística. 3. Preconceito linguístico. 4. Pensamento crítico. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 410

LUCIANA SOUZA SANTOS DOS ANJOS

**EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE:
ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O PRECONCEITO LINGUÍSTICO
NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CRÍTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras,
do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial
para a obtenção do Título de Licenciado em Letras
Língua Portuguesa.

Aprovada em: 04/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Giana Targanski Steffen (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Denilson Lima Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por guiar meus passos, fortalecer minha fé e me conceder força e serenidade em cada etapa desta jornada.

À minha família, expresso todo o meu amor e gratidão. À minha mãe, Geane, pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo e por nunca desistir de mim. Ao meu pai, cujo apoio constante sempre me motivou a seguir em frente. Ao meu irmão Luan, pela presença e carinho, e ao meu irmão Lucas, que esteve ao meu lado nesta caminhada de estudos, contribuindo de forma essencial para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo, Deivisson, agradeço profundamente por acreditar no meu potencial, por não desistir de mim e por ser meu companheiro em todos os momentos, especialmente nos mais desafiadores.

Aos meus amigos Gerson e Eneias, registro minha gratidão pela amizade, pela ajuda e pela parceria ao longo deste processo. Agradeço também aos meus colegas de trabalho, que compreenderam minhas ausências e torceram pelo meu sucesso.

Meu agradecimento especial vai para minha orientadora professora doutora Giana Targanski, cuja paciência, dedicação e orientação cuidadosa foram fundamentais para a finalização deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, deixo meu mais sincero muito obrigada. Este resultado também é de vocês.

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da educação linguística para a formação de cidadãos críticos e a necessidade de valorização da diversidade linguística no ambiente escolar. O problema investigado nesta pesquisa centra-se na desvalorização da diversidade linguística no ensino da língua materna, manifestada nas práticas pedagógicas tradicionais que buscam impor uma norma única como padrão legítimo e inquestionável. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os desafios enfrentados no ensino de língua e gramática nas escolas, com foco nas práticas que desconsideram a diversidade linguística. A metodologia utilizada baseou-se em uma análise bibliográfica de autores que discutem a diversidade linguística e suas implicações no ensino. As considerações finais apontam que a reformulação das práticas pedagógicas e a capacitação contínua dos professores são essenciais para o combate ao preconceito linguístico. Conclui-se que uma educação linguística inclusiva contribui significativamente para a formação de alunos mais conscientes, críticos e preparados para atuar em uma sociedade plural.

Palavras-chave: linguagem e educação; diversidade linguística; preconceito linguístico; pensamento crítico.

ABSTRACT

This study addresses the importance of linguistic education for the formation of critical citizens and the need to value linguistic diversity within the school environment. The research problem focuses on the devaluation of linguistic diversity in mother tongue teaching, manifested in traditional pedagogical practices that seek to impose a single norm as a legitimate and unquestionable standard. The general objective of this study is to analyze the challenges faced in language and grammar teaching in schools, focusing on practices that disregard linguistic diversity. The methodology was based on a bibliographical analysis of authors who discuss linguistic diversity and its implications for teaching. The final considerations indicate that the reformulation of pedagogical practices and the continuous training of teachers are essential to combat linguistic prejudice. It is concluded that an inclusive linguistic education contributes significantly to the formation of more conscious, critical, and well-prepared students to act in a plural society.

Keywords: language and education; linguistic diversity; linguistic prejudice; critical thinking.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E NORMA CULTA	13
2.1	CONCEITO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E A NORMA CULTA	13
2.2	VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS REGIONAIS E SOCIAIS E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO	16
2.3	PLURALIDADE LINGUÍSTICA E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	19
3	DESAFIOS NO ENSINO DE GRAMÁTICA: CONSERVADORISMO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRADICIONAIS	22
3.1	O PAPEL DO CONSERVADORISMO E A CENTRALIZAÇÃO DA NORMA CULTA NO ENSINO	22
3.2	CONSEQUÊNCIAS DO ENSINO NORMATIVO E OS PRECONCEITOS REFORÇADOS POR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	25
3.3	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E IMPACTO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS NO DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO	28
4	PROPOSTAS PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA	32
4.1	INCLUSÃO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E NOVAS ABORDAGENS PEDAGÓGICAS	32
4.2	VALORIZAÇÃO DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES SOBRE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA	35
4.3	ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O PRECONCEITO LINGUÍSTICO	38
4.4	O PAPEL DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CRÍTICOS	41
5	A PERSISTÊNCIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras enfrenta um desafio histórico e cultural que se desdobra tanto na prática pedagógica quanto na percepção social do que se entende por “norma culta” da língua. Desde o início da escolarização formal, o foco na gramática normativa tem sido privilegiado em detrimento de uma abordagem que valorize a diversidade linguística do país. Este cenário reflete uma herança cultural e educacional que insiste em reforçar a ideia de uma única variante da língua portuguesa como legítima, desconsiderando a riqueza de variações regionais, sociais e culturais que compõem a realidade linguística dos brasileiros (Calicchio, 2024).

Essa visão conservadora do ensino de gramática, alicerçada na normatização rígida da língua, perpetua uma série de preconceitos linguísticos, que afetam tanto o aprendizado dos estudantes quanto o papel do professor em sala de aula. A desconsideração das variações linguísticas coloca o estudante em uma posição de inadequação, já que as práticas escolares frequentemente negligenciam as realidades sociolinguísticas que permeiam suas experiências cotidianas. Nesse contexto, o desafio é duplo: ensinar a norma culta sem deslegitimar as formas de expressão vernaculares e combater o preconceito linguístico presente na própria formação dos educadores (Mesquita; Silva; Mesquita, 2020).

O ensino de Língua Portuguesa, quando centrado exclusivamente na norma padrão, falha em reconhecer e valorizar a função social das variações linguísticas. Essas variações são parte essencial da identidade dos falantes e carregam consigo características culturais e históricas que refletem a pluralidade do país. Ignorar essas múltiplas formas de expressão significa, em certa medida, reforçar desigualdades sociais e culturais, uma vez que as variantes consideradas “não cultas” são frequentemente associadas a grupos marginalizados. Dessa forma, ao invés de promover uma educação inclusiva, o ensino rígido da norma padrão contribui para a exclusão e estigmatização de diversos estudantes, especialmente aqueles oriundos de contextos sociolinguísticos periféricos (Araújo, 2017).

Nesse cenário, é fundamental repensar o ensino de gramática nas escolas, adotando práticas pedagógicas que reconheçam a língua como um fenômeno dinâmico e multifacetado. A inclusão de debates sobre variações linguísticas e o papel da língua no contexto social deve ser central na formação de professores, para que possam mediar uma aprendizagem que contemple não apenas o domínio da norma culta, mas também a valorização das diferentes formas de uso da língua. Apenas dessa maneira o ensino de Língua Portuguesa poderá

contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de transitar entre diferentes contextos comunicativos sem preconceitos ou limitações (Figueiredo, 2019).

Diante do panorama educacional brasileiro, marcado por práticas pedagógicas ainda fortemente centradas em uma visão normativa e conservadora da língua, este trabalho propõe-se a investigar um dos principais desafios enfrentados no ensino de língua portuguesa e gramática no contexto escolar. Em especial, busca-se compreender como a abordagem de ensino focada predominantemente da norma linguística — frequentemente tratada como modelo absoluto e exclusivo — contribui para o silenciamento das múltiplas formas de expressão linguística existentes no país, em detrimento da valorização da diversidade sociolinguística que caracteriza a realidade brasileira.

A questão central que orienta esta pesquisa é: em que medida o ensino de língua materna no Brasil ainda ignora ou marginaliza a diversidade linguística nacional, tentando impor uma única variedade da língua — a norma culta — como a única legítima e aceitável? Ao levantar essa indagação, pretende-se não apenas problematizar a centralidade conferida à norma culta nas práticas pedagógicas, mas também refletir criticamente sobre as implicações sociais, culturais e educacionais dessa imposição, especialmente no que diz respeito à formação de sujeitos críticos, conscientes e respeitosos quanto à pluralidade linguística e identitária de seus pares.

Nesse contexto, o trabalho parte do entendimento de que o ensino de língua portuguesa deve ir além da prescrição normativa e da reprodução de regras gramaticais descontextualizadas, adotando uma abordagem que reconheça a linguagem como prática social, conforme propõem os documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, essa pesquisa pretende contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas, que reconheçam as variantes linguísticas não como erros ou desvios, mas como expressões legítimas de pertencimento cultural e identidade.

A partir dessa perspectiva, busca-se compreender de que forma a ênfase excessiva na norma culta — muitas vezes tratada como única forma legítima de expressão — pode impactar negativamente o processo de aprendizagem, especialmente para estudantes oriundos de contextos sociolinguísticos distintos do padrão valorizado pelas instituições de ensino.

Para alcançar esse objetivo mais amplo, este estudo propõe, de forma articulada, investigar como a norma culta é apresentada e valorizada nos currículos escolares e materiais didáticos utilizados no ensino básico; analisar os efeitos dessa abordagem sobre o desempenho e a autoestima dos estudantes, particularmente daqueles que utilizam variantes linguísticas populares ou regionais; discutir a relação entre o ensino tradicional da gramática normativa e a

perpetuação do preconceito linguístico; e, por fim, verificar o que a literatura sugere como práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade linguística como um recurso didático, e não como um obstáculo.

Dessa forma, a relevância deste trabalho está diretamente ligada à necessidade de promover uma reflexão crítica sobre o papel da escola na formação cidadã e no combate às desigualdades linguísticas. Ao abordar a diversidade linguística como elemento constitutivo da identidade brasileira, a pesquisa dialoga com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a linguagem como prática social e enfatiza a importância de respeitar os diferentes modos de falar como formas legítimas de expressão cultural. Dessa forma, este estudo contribui não apenas para o debate acadêmico, mas também para a prática docente, ao apontar caminhos para uma educação mais inclusiva, democrática e representativa das múltiplas realidades dos estudantes brasileiros.

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e de abordagem qualitativa, fundamentada no levantamento, seleção e análise de obras acadêmicas relacionadas ao ensino da língua portuguesa, à diversidade linguística e ao preconceito linguístico no contexto escolar.

Esse tipo de investigação tem como finalidade compreender como diferentes autores discutem a questão da centralização da norma culta e quais caminhos pedagógicos podem ser propostos para a superação de práticas excludentes.

De acordo com Gill (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita reunir e interpretar contribuições já produzidas por diversos estudiosos, permitindo ao pesquisador construir uma visão crítica e abrangente do tema investigado. Para este trabalho, foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais da área de Linguística e Educação, com especial destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino de língua portuguesa no Brasil.

A coleta de materiais seguiu critérios de pertinência temática, credibilidade acadêmica e relevância científica. Foram priorizados textos publicados nos últimos 15 anos, sem deixar de lado autores clássicos que permanecem indispensáveis ao debate. As buscas ocorreram em bases digitais, como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados, a partir de palavras-chave como: diversidade linguística, preconceito linguístico, norma culta, sociolinguística e educação linguística.

Após a seleção, realizou-se uma leitura exploratória para identificar as principais ideias de cada obra e, em seguida, uma leitura crítica e interpretativa, relacionando os achados da literatura com os objetivos gerais e as perguntas de pesquisa estabelecidos. Essa etapa foi essencial para compreender como a produção acadêmica responde às questões propostas, tais

como os impactos da centralização da norma culta, o papel dos materiais didáticos, a produção de preconceitos e as possibilidades de estratégias pedagógicas inovadoras.

Por fim, os dados coletados foram organizados em categorias de análise que possibilitam estabelecer emergências, divergências e lacunas entre os autores, permitindo sintetizar as contribuições mais relevantes para o enfrentamento do preconceito linguístico. Dessa forma, a metodologia adotada não se limita à descrição das obras consultadas, mas busca construir uma visão crítica e articulada, diretamente vinculada ao objetivo central da pesquisa: propor caminhos para uma prática pedagógica mais inclusiva e democrática no ensino da língua portuguesa.

Com base nessa metodologia, foi possível construir um panorama sobre os debates contemporâneos em torno do ensino de língua portuguesa, identificando não apenas os fundamentos teóricos das práticas tradicionais, mas também propostas pedagógicas inovadoras que visam à valorização da pluralidade linguística no ambiente escolar.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No segundo capítulo, são abordados os fundamentos teóricos sobre a diversidade linguística e a norma culta. O terceiro capítulo discute os principais desafios encontrados no ensino de gramática nas escolas, com ênfase no conservadorismo e nas práticas pedagógicas tradicionais. O quarto capítulo apresenta propostas para a reformulação do ensino de língua materna, visando a inclusão das variações linguísticas no ambiente escolar. O quinto capítulo revê os objetivos do presente estudo e procura apontar respostas para as questões apresentadas. Por fim, trabalho se encerra com as considerações finais, que resumizam os achados e sugerem direções futuras para a pesquisa.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E NORMA CULTA

2.1 CONCEITO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E A NORMA CULTA

O conceito de diversidade linguística refere-se à coexistência de múltiplas formas de uso da língua dentro de uma sociedade, abrangendo variações regionais, sociais e históricas. Segundo Faraco (2008), a diversidade linguística é uma característica intrínseca de todas as línguas, sendo essencial para a compreensão do papel da linguagem na formação das identidades culturais e sociais. A riqueza linguística do Brasil, por exemplo, é manifestada por suas diversas variantes regionais, que são muitas vezes ignoradas ou marginalizadas em práticas educacionais.

A variação linguística, especialmente em contextos regionais, é evidente no português falado no semiárido baiano. Araújo (2017) ressalta que o português popular dessa região apresenta características fonéticas e morfossintáticas próprias, moldadas pelas condições socioeconômicas e históricas locais. O estudo dessas variações é fundamental para a compreensão da língua como um fenômeno vivo e dinâmico, em constante evolução e adaptação.

No entanto, a prática educacional tradicional no Brasil tende a negligenciar essa diversidade, concentrando-se na imposição de uma norma culta única. Conforme Baptista *et al.*, (2013), o ensino da norma culta nas escolas é muitas vezes realizado de maneira prescritiva, desconsiderando as variações linguísticas que os alunos trazem de seus contextos de vida. Essa abordagem pode levar à exclusão de estudantes cujas variantes linguísticas não correspondem à norma culta ensinada.

Uma das maneiras de incluir a diversidade linguística no ensino é por meio de gêneros textuais que refletem as variações da língua. Calicchio (2024) argumenta que o ensino da variação linguística por meio de gêneros textuais, como as histórias em quadrinhos, permite que os alunos reconheçam as diferentes formas de expressão presentes no seu dia a dia. Isso promove uma maior valorização das variantes linguísticas e aproxima o ensino da realidade sociolinguística dos estudantes.

A inclusão da variação linguística no ensino pode também contribuir para a desmistificação da ideia de "erro" em relação à norma culta. Mesquita, Silva e Mesquita (2020) discutem como o conceito de desvio da norma culta pode ser problematizado em sala de aula, usando exemplos como a tirinha de Chico Bento, onde expressões caipiras são apresentadas de

forma humorística. Esse tipo de abordagem contribui para a aceitação da diversidade linguística como parte da identidade cultural dos alunos.

Ainda assim, a implementação de práticas que valorizem a variação linguística enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito ao uso de livros didáticos. Silva (2014) aponta que muitos livros didáticos ainda abordam a variação linguística de maneira superficial, sem oferecer uma discussão profunda sobre seu papel na formação da língua portuguesa. Essa lacuna na educação precisa ser preenchida para que o ensino de língua seja verdadeiramente inclusivo e representativo da realidade linguística do Brasil.

Os livros didáticos podem, no entanto, desempenhar um papel crucial na promoção da diversidade linguística, quando adequadamente utilizados. Zanzi e Figueiredo (2018) analisam o livro didático "Português: Linguagens," do 6º ano do Ensino Fundamental, e identificam algumas tentativas de abordar a variação linguística, embora muitas vezes de forma limitada. Para que esses materiais sejam efetivos, é necessário que as abordagens à diversidade linguística sejam mais abrangentes e contextualizadas.

A diversidade linguística também está relacionada aos direitos humanos, especialmente no contexto educacional. Carvalho (2015) defende que o reconhecimento e a valorização das diferentes variantes linguísticas no ensino médio são essenciais para promover a inclusão social e o respeito aos direitos humanos. Ao ignorar a diversidade linguística, o sistema educacional corre o risco de perpetuar desigualdades e preconceitos, o que reforça a importância de uma abordagem pedagógica que reconheça e valorize a pluralidade linguística existente no Brasil.

A norma culta é tradicionalmente entendida como a variante linguística considerada padrão ou prestigiada dentro de uma determinada comunidade, especialmente em contextos formais, como na educação, na imprensa e em textos oficiais. Segundo Faraco (2008), a norma culta não deve ser vista como uma língua superior, mas como uma variante que adquiriu um status privilegiado devido a fatores históricos e sociais. O autor argumenta que a norma culta é, na verdade, um constructo social que reflete o poder e o prestígio de determinadas classes, o que gera uma hierarquização das variantes linguísticas.

Essa visão da norma culta como variante superior tem profundas implicações no ensino de língua portuguesa, especialmente quando utilizada de forma prescritiva. Carvalho (2015) aponta que o ensino médio no Brasil frequentemente se baseia nessa variante, desconsiderando as múltiplas formas de expressão linguística presente entre os alunos. Isso cria uma barreira para estudantes que não dominam a norma culta, promovendo um ambiente de exclusão em vez de inclusão. O reconhecimento da diversidade linguística seria, portanto, um caminho importante para combater essa exclusão no contexto educacional.

A centralização da norma culta nos materiais didáticos é um dos principais reflexos desse conservadorismo. Zanzi e Figueiredo (2018) afirmam que os livros didáticos de língua portuguesa tendem a privilegiar a norma culta, apresentando-a como a única forma válida de comunicação. Ao fazer isso, os materiais didáticos reforçam o preconceito linguístico, subestimando o valor das variações regionais e sociais da língua. Essa abordagem leva à perpetuação de estigmas e à marginalização de alunos que não dominam essa norma.

Além dos materiais didáticos, a prática pedagógica também é afetada pela normatização excessiva. Silva (2014) critica o fato de que muitos professores, formados dentro de uma tradição normativa, acabam reproduzindo em sala de aula a ideia de que o uso correto da língua é aquele baseado exclusivamente na norma culta. Isso gera um ambiente de ensino em que a diversidade linguística dos alunos não é valorizada, e as variações são vistas como erros ou desvios. Essa prática pedagógica, portanto, limita a capacidade dos estudantes de se expressarem plenamente em suas próprias variantes.

A norma culta também é alvo de debates nas representações culturais, como nas tirinhas de Chico Bento. Mesquita, Silva e Mesquita (2020) analisam como o personagem utiliza uma variante rural do português, que difere significativamente da norma culta. Esse desvio da norma é utilizado para fins humorísticos, mas também pode ser visto como uma crítica implícita ao preconceito linguístico presente na sociedade brasileira. Ao apresentar uma língua que foge à norma culta, a tirinha expõe as tensões entre as diferentes variantes linguísticas e o status social atribuído a cada uma.

O português popular do semiárido baiano, por exemplo, é uma dessas variantes marginalizadas. Araújo (2017) descreve como essa forma de português, falada por comunidades rurais do Nordeste, tem sido historicamente desvalorizada pelas elites urbanas. A autora enfatiza que essas variantes são tão legítimas quanto a norma culta, pois refletem as experiências e histórias das populações locais. Contudo, no contexto educacional, essas variantes ainda são vistas com preconceito, e os alunos que as utilizam são muitas vezes estigmatizados.

A desconstrução desses preconceitos é fundamental para uma abordagem mais inclusiva no ensino de língua portuguesa. Figueiredo (2019) sugere que uma perspectiva sociolinguística nas aulas de português pode ajudar a desmistificar a ideia de que apenas a norma culta é válida. Ao incluir a diversidade linguística como parte integrante do currículo, os professores podem promover um ambiente em que todas as formas de expressão são valorizadas, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de sua identidade linguística.

Assim, Jorge e Faraco (2008) reforçam a ideia de que a norma culta deve ser compreendida como uma construção social, que não reflete a totalidade da língua portuguesa

em sua riqueza e diversidade. Eles defendem que o ensino de língua deve ir além da normatização e incorporar discussões sobre a pluralidade linguística, promovendo uma visão mais democrática e inclusiva da língua. Ao reconhecer as variantes linguísticas como legítimas, o ensino de língua pode contribuir para a valorização das múltiplas identidades culturais presentes no Brasil.

2.2 VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS REGIONAIS E SOCIAIS E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

As variações linguísticas regionais e sociais refletem a riqueza e diversidade da língua em diferentes contextos. De acordo com Faraco (2008), essas variações são manifestações naturais de uma língua viva, que se adapta e evolui de acordo com fatores geográficos, históricos e sociais. As diferentes formas de falar português no Brasil, por exemplo, são influenciadas por elementos regionais e culturais, o que resulta em uma ampla gama de dialetos e formas de expressão que coexistem no país.

Essas variações são especialmente evidentes quando se analisa o português falado em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Segundo Carvalho (2015), no Distrito Federal, a diversidade linguística é uma realidade marcante no ensino médio, onde diferentes grupos sociais trazem consigo suas próprias formas de expressão. No entanto, o sistema educacional, ao priorizar a norma culta, frequentemente negligencia essas variações, o que pode criar barreiras no processo de aprendizado e inclusão social.

Além disso, as variações linguísticas também estão fortemente associadas às dinâmicas sociais. Silva (2014) destaca que as variantes regionais e sociais, embora legítimas, muitas vezes são tratadas como desvios ou erros em materiais didáticos. Essa visão reforça o preconceito linguístico, desvalorizando as formas de falar que não correspondem à norma culta. Essa estigmatização das variantes sociais pode contribuir para a exclusão de estudantes que não se identificam com o português formal ensinado nas escolas.

Um exemplo prático de como as variações regionais são representadas na cultura popular pode ser visto na tirinha de Chico Bento, analisada por Mesquita, Silva e Mesquita (2020). A personagem utiliza uma variante rural do português, que diverge significativamente da norma culta. Embora utilizada de forma humorística, a tirinha destaca a existência dessas variantes linguísticas, questionando o preconceito presente na sociedade ao lidar com formas de expressão regionais.

O reconhecimento dessas variações linguísticas no ensino é essencial para uma educação

inclusiva. Calicchio (2024) sugere que o uso de gêneros textuais como histórias em quadrinhos (HQs) pode ser uma ferramenta eficaz para apresentar e valorizar as diferentes variantes da língua portuguesa. Ao trazer elementos da vida cotidiana dos alunos para a sala de aula, o ensino de variação linguística torna-se mais relevante e conectado à realidade dos estudantes.

Jorge e Faraco (2008) afirmam que o conceito de norma culta precisa ser repensado no contexto educacional, para que as variações regionais e sociais não sejam vistas como inferiores. Eles defendem que a diversidade linguística deve ser valorizada como um recurso, e não como um problema a ser corrigido. Dessa forma, as variações regionais e sociais seriam incorporadas ao ensino como parte integrante do aprendizado da língua.

A desconstrução dos preconceitos em torno das variações linguísticas é um passo fundamental para o desenvolvimento de uma abordagem pedagógica mais inclusiva. Figueiredo (2019) sugere que, ao abordar essas variações de maneira crítica, os professores podem ajudar a combater os estigmas associados às diferentes formas de falar. Isso promoveria um ambiente de ensino em que todos os estudantes se sentissem valorizados, independentemente de sua variante linguística.

As variações linguísticas regionais e sociais refletem não apenas as diferenças culturais entre os falantes, mas também questões de poder e prestígio dentro da sociedade. Ao reconhecer e valorizar essas variações, o ensino de língua portuguesa pode se tornar um instrumento de inclusão social, promovendo o respeito e a valorização das múltiplas identidades linguísticas existentes no Brasil (Faraco, 2008).

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação que se manifesta pela desvalorização de determinadas formas de falar, geralmente associadas a grupos sociais ou regionais específicos. Segundo Calicchio (2024), esse tipo de preconceito é frequentemente reforçado no ambiente escolar, onde a norma culta é privilegiada em detrimento de variantes regionais e sociais da língua. O resultado é que os alunos que falam essas variantes são muitas vezes marginalizados, levando a um impacto negativo em sua autoestima e desempenho acadêmico.

Faraco (2008) aponta que o preconceito linguístico é sustentado por uma visão hierárquica das variantes da língua, em que a norma culta é vista como superior. Essa concepção está enraizada em fatores históricos e sociais que associam o prestígio linguístico ao poder político e econômico de determinados grupos. Essa hierarquização das variantes reflete desigualdades sociais mais amplas, e o preconceito linguístico acaba por reforçar essas desigualdades no contexto educacional.

O preconceito linguístico também tem consequências diretas para o processo de ensino

aprendizagem. Figueiredo (2019) ressalta que, ao tratar a norma culta como a única forma válida de expressão, o sistema educacional exclui os estudantes que utilizam variantes linguísticas diferentes. Essa exclusão pode resultar em sentimentos de inadequação e desmotivação, afetando diretamente o desempenho escolar desses alunos. Além disso, ao desconsiderar a diversidade linguística, a escola perde a oportunidade de enriquecer o aprendizado com a pluralidade de experiências linguísticas dos alunos.

No contexto do ensino médio, Carvalho (2015) destaca que o preconceito linguístico é uma questão de direitos humanos. Ele argumenta que o reconhecimento da diversidade linguística é fundamental para garantir a inclusão social e o respeito pelas identidades culturais dos alunos. No entanto, o sistema educacional brasileiro ainda falha em incorporar plenamente essa diversidade, o que perpetua o preconceito e a exclusão.

Baptista *et al.* (2013) sugerem que uma das formas de combater o preconceito linguístico no ambiente escolar é por meio da valorização da diversidade linguística nos materiais didáticos. No entanto, como Zanzi e Figueiredo (2018) apontam, os livros didáticos muitas vezes apresentam uma visão limitada da variação linguística, focando quase exclusivamente na norma culta. Essa abordagem reduz a complexidade da língua e reforça a ideia de que as variantes populares são inferiores ou incorretas.

Mesquita, Silva e Mesquita (2020) discutem o preconceito linguístico em um contexto cultural, analisando como a variante rural do português é retratada na tirinha de Chico Bento. Embora a tirinha use a variante rural de forma humorística, ela também reflete as tensões sociais entre as diferentes variantes linguísticas. Ao retratar uma forma de fala não padrão de maneira caricata, a cultura popular pode, intencionalmente ou não, reforçar o preconceito contra essas variantes.

Silva (2014) enfatiza que o preconceito linguístico está presente não apenas nos materiais didáticos, mas também nas práticas pedagógicas. Professores que foram formados dentro de uma visão normativa da língua muitas vezes reproduzem o preconceito em sala de aula, ao tratar as variantes não cultas como erros a serem corrigidos. Isso não apenas marginaliza os estudantes que falam essas variantes, mas também perpetua uma visão limitada da língua como um sistema homogêneo e estático.

Assim, Araújo (2017) observa que o preconceito linguístico no Brasil tem uma dimensão regional acentuada, especialmente em relação às formas de português faladas no interior do país. O português popular do semiárido baiano, por exemplo, é frequentemente visto como inferior, apesar de ser uma variante rica em termos culturais e históricos. Combater esse preconceito exige uma mudança na forma como o ensino de língua é abordado, valorizando

todas as formas de expressão linguística e reconhecendo sua legitimidade.

2.3 PLURALIDADE LINGUÍSTICA E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O reconhecimento da pluralidade linguística é fundamental para garantir uma educação inclusiva e democrática. Carvalho (2015) argumenta que a valorização da diversidade linguística no ensino é uma questão de direitos humanos, pois cada variante da língua carrega consigo a identidade cultural de seus falantes. Quando o sistema educacional ignora essa diversidade, ele contribui para a exclusão de grupos sociais que não dominam a norma culta, perpetuando desigualdades e preconceitos.

No contexto educacional, a pluralidade linguística deve ser reconhecida não apenas como uma realidade, mas como um recurso pedagógico valioso. Silva (2014) afirma que os materiais didáticos geralmente tratam a variação linguística de maneira superficial, sem explorar seu potencial como ferramenta de ensino. Ele defende que a inclusão de variações linguísticas no currículo pode enriquecer o aprendizado dos estudantes, aproximando o conteúdo escolar de suas vivências e experiências reais.

Calicchio (2024) reforça essa ideia ao sugerir que o uso de gêneros textuais como histórias em quadrinhos (HQs) é uma maneira eficaz de apresentar as variações linguísticas em sala de aula. Ao trazer para o ambiente escolar formas de expressão que refletem a linguagem cotidiana dos estudantes, o ensino de língua torna-se mais significativo e relevante, além de promover o reconhecimento e valorização das diferentes formas de falar.

A pluralidade linguística também é essencial para combater o preconceito linguístico. Jorge e Faraco (2008) argumentam que a centralização da norma culta nas escolas cria uma hierarquia entre as variantes linguísticas, onde as formas de falar que se distanciam da norma são vistas como inferiores. Ao reconhecer a pluralidade linguística, é possível desconstruir essa hierarquia, promovendo uma visão mais inclusiva da língua, que valoriza todas as suas formas de expressão.

Figueiredo (2019) observa que, ao adotar uma perspectiva sociolinguística no ensino de português, os professores podem contribuir para a desmistificação de preconceitos relacionados às variantes linguísticas. Isso permite que os alunos se sintam mais valorizados e reconhecidos, pois suas formas de expressão não são tratadas como erros, mas como legítimas manifestações linguísticas. Essa abordagem promove um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo.

Faraco (2008) destaca que a diversidade linguística é uma característica inerente a todas

as línguas e que ignorá-la é uma simplificação que não faz jus à complexidade e à riqueza do idioma. O autor defende que o reconhecimento da pluralidade linguística no ensino é essencial para que os estudantes compreendam a língua como um fenômeno dinâmico e multifacetado, e não como um sistema rígido e imutável.

A valorização da pluralidade linguística no ensino também tem implicações culturais e sociais. Araújo (2017) aponta que variantes como o português popular do semiárido baiano carregam consigo traços históricos e culturais importantes, que muitas vezes são ignorados pela educação formal. Ao reconhecer essas variantes, a escola contribui para a preservação e valorização das identidades regionais, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa.

Baptista *et al.* (2013) sugerem que o reconhecimento da pluralidade linguística no ensino pode ser uma ponte para a inclusão social. Ao valorizar todas as formas de expressão, o sistema educacional se torna mais equitativo, permitindo que os alunos de diferentes origens e realidades sociolinguísticas se sintam parte integrante do processo de aprendizado. Isso não apenas melhora o desempenho escolar, mas também promove o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A diversidade linguística no Brasil reflete a vasta gama de variantes regionais e sociais presentes no país, sendo um aspecto central para a educação. Calicchio (2024) argumenta que, ao incorporar essa pluralidade no ensino, os educadores podem promover uma compreensão mais ampla e inclusiva da língua. O uso de gêneros textuais como as histórias em quadrinhos (HQs) é uma estratégia eficaz para apresentar as variações linguísticas de maneira acessível e envolvente, permitindo que os alunos reconheçam a riqueza da diversidade linguística em seu próprio cotidiano.

Entretanto, a norma culta ainda é frequentemente tratada como a única forma legítima de expressão linguística nas escolas brasileiras. Baptista *et al.*, (2013) discutem como o ensino centrado exclusivamente na norma culta desconsidera as múltiplas formas de falar existentes no Brasil, contribuindo para o apagamento das variantes linguísticas regionais e sociais. Isso pode resultar em um distanciamento entre o aluno e o conteúdo escolar, já que muitos estudantes não se veem representados nas formas de linguagem ensinadas.

Carvalho (2015) salienta que a diversidade linguística deve ser entendida como uma questão de direitos humanos, especialmente no contexto educacional. Ele ressalta que, ao reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão linguística, o sistema educacional contribui para a inclusão social de grupos historicamente marginalizados. Ignorar essa diversidade nas salas de aula perpetua desigualdades e reforça preconceitos linguísticos.

Além disso, Silva (2014) aponta que muitos livros didáticos ainda tratam a variação linguística de forma superficial, muitas vezes apresentando a norma culta como a única forma "correta" de falar. Isso reforça a marginalização de estudantes cujas variantes linguísticas não correspondem à norma, limitando sua participação ativa no processo de aprendizagem. A diversidade linguística deveria ser um tema central nos materiais didáticos para refletir a realidade plural dos alunos.

Os livros didáticos têm o potencial de transformar essa realidade ao incluir abordagens mais abrangentes sobre variações linguísticas. Zanzi e Figueiredo (2018) observam que, embora alguns materiais tentem abordar a diversidade linguística, ainda há uma tendência predominante de centralizar a norma culta. Uma mudança nessa abordagem permitiria aos estudantes verem suas próprias formas de falar reconhecidas e valorizadas no ambiente escolar.

A cultura popular também reflete essa diversidade, como mostrado na análise de Mesquita, Silva e Mesquita (2020) sobre a tirinha de Chico Bento. A linguagem caipira da personagem, embora caricata, traz à tona discussões sobre o preconceito linguístico contra variantes regionais. Esse tipo de representação cultural pode ser utilizado pedagogicamente para discutir a legitimidade das diferentes variantes linguísticas, desafiando estigmas que surgem em torno dessas formas de falar.

Faraco (2008) destaca que o reconhecimento da diversidade linguística é essencial para superar o conservadorismo presente no ensino de língua no Brasil. Ele argumenta que, ao tratar a norma culta como superior, a educação linguística desvaloriza a pluralidade que caracteriza a língua portuguesa. Uma abordagem mais inclusiva contribuiria para uma compreensão mais completa e dinâmica da língua, além de promover a equidade educacional.

Desta forma, Araújo (2017) ressalta que variantes linguísticas, como o português popular do semiárido baiano, são frequentemente vistas como inferiores em relação à norma culta. Contudo, essas formas de falar refletem as experiências culturais e históricas das comunidades que as utilizam. Incluir essas variantes no contexto educacional não apenas enriquece o ensino, mas também valoriza a identidade cultural dos alunos, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa.

3 DESAFIOS NO ENSINO DE GRAMÁTICA: CONSERVADORISMO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRADICIONAIS

3.1 O PAPEL DO CONSERVADORISMO E A CENTRALIZAÇÃO DA NORMA CULTA NO ENSINO

O conservadorismo na educação exerce uma influência significativa nas práticas pedagógicas, especialmente no ensino de língua portuguesa, onde a centralidade da norma culta tem sido um elemento persistente. Carvalho (2015) afirma que essa ênfase conservadora na norma culta ignora a diversidade linguística do Brasil e, ao fazê-lo, exclui formas legítimas de expressão linguística. O conservadorismo educacional, portanto, não apenas mantém a norma culta como padrão, mas também marginaliza variantes linguísticas regionais e sociais, perpetuando desigualdades.

A manutenção do conservadorismo no ensino de língua está enraizada em uma visão hierárquica das variantes linguísticas. Faraco (2008) aponta que essa perspectiva sustenta que a norma culta é a forma “correta” da língua, enquanto outras variantes são vistas como inferiores ou incorretas. Esse discurso, perpetuado nas escolas, contribui para a internalização de preconceitos linguísticos pelos alunos, reforçando a ideia de que apenas uma forma de falar é válida em contextos formais.

A cultura popular também reflete as tensões criadas pelo conservadorismo linguístico, como observado por Mesquita, Silva e Mesquita (2020) na análise da tirinha de Chico Bento. A variante caipira do personagem é usada de maneira caricata, reforçando estereótipos negativos sobre variantes rurais. Isso exemplifica como o conservadorismo linguístico permeia não apenas o ensino formal, mas também as representações culturais, criando barreiras para a aceitação da diversidade linguística.

Jesus e Manzano (2019) destacam que o conservadorismo nas práticas pedagógicas impede a adoção de metodologias inovadoras no ensino de língua portuguesa. Mesmo em escolas que tentam implementar abordagens mais inclusivas e dinâmicas, o peso das tradições conservadoras frequentemente restringe as mudanças, limitando o potencial para uma educação que valorize a pluralidade linguística. Essa resistência à inovação mantém práticas pedagógicas desatualizadas e desalinhadas com as realidades linguísticas dos estudantes.

Figueiredo (2019) sugere que uma das consequências mais prejudiciais do conservadorismo no ensino é a desvalorização das experiências linguísticas dos alunos. Ao tratar as variantes linguísticas populares como “erros” ou “desvios,” o sistema educacional

reforça a exclusão social e cultural dos alunos que não se enquadram nos padrões normativos da norma culta. Isso pode levar à desmotivação e ao baixo desempenho acadêmico, afetando diretamente a relação dos alunos com a língua e a escola.

Jorge e Faraco (2008) acrescentam que o conservadorismo educacional na língua portuguesa reflete uma herança colonial, onde a norma culta foi imposta como a forma correta e civilizada da língua. Essa visão desconsidera a riqueza da diversidade linguística brasileira e perpetua uma estrutura de poder que favorece as elites, ao invés de promover uma educação que reconheça e valorize todas as formas de expressão linguística.

Franco e Peixoto (2021) discutem como o conservadorismo pedagógico cria barreiras para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas e críticas. Eles argumentam que a transição de uma visão conservadora para uma prática pedagógica mais progressista requer uma reformulação das concepções de ensino e da própria função social da educação. Isso inclui a necessidade de reconhecer a diversidade linguística como um recurso valioso para a aprendizagem, ao invés de um problema a ser corrigido.

Corrêa *et al.* (2024) reforçam que o conservadorismo no ensino de línguas não está restrito apenas à língua portuguesa. No ensino de língua inglesa, por exemplo, o conservadorismo linguístico também pode ser visto na priorização de variedades anglo-americanas, ignorando outras formas legítimas de expressão. Isso sugere que o conservadorismo linguístico é um fenômeno global, com impactos amplos nas práticas pedagógicas e nas experiências dos alunos com a aprendizagem de línguas.

O conservadorismo no ensino de línguas perpetua um ciclo de exclusão e desigualdade. Ao manter a norma culta no centro do ensino e desvalorizar as variantes linguísticas regionais e sociais, o sistema educacional brasileiro contribui para a manutenção de estruturas sociais desiguais. Superar esse conservadorismo, como sugere Faraco (2008), é fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva, que valorize a diversidade linguística e cultural do Brasil e promova a equidade social.

A centralização da norma culta no ensino de língua portuguesa tem sido uma prática comum nas escolas brasileiras, refletindo uma visão conservadora e normatizada da língua. Segundo Figueiredo (2019), essa abordagem desconsidera a diversidade linguística dos estudantes, que trazem consigo uma variedade de expressões linguísticas regionais e sociais. Ao priorizar a norma culta como a única forma legítima de uso da língua, o sistema educacional perpetua um ambiente de exclusão, onde apenas aqueles que dominam essa norma são considerados competentes linguisticamente.

Franco e Peixoto (2021) observam que a prática pedagógica centrada na norma culta

está diretamente ligada a uma visão tradicional de ensino, que não valoriza as inovações pedagógicas. A normatização da língua torna-se uma ferramenta de controle e disciplina, ao invés de um meio de promover a expressão e a criatividade dos alunos. Essa centralização também impede que os professores explorem outras formas de ensino que poderiam ser mais inclusivas e relevantes para a realidade dos estudantes.

Carvalho (2015) discute que essa centralização da norma culta no ensino vai além da sala de aula, afetando os direitos linguísticos dos alunos. Ele argumenta que a imposição de uma norma única desconsidera as questões de diversidade e inclusão, violando os direitos humanos daqueles que falam variantes linguísticas diferentes. O ensino deve reconhecer e valorizar a pluralidade linguística para promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

Faraco (2008) destaca que a norma culta, embora importante, não deve ser vista como a única forma legítima de expressão linguística. A centralização dessa norma no ensino ignora a natureza dinâmica e diversificada da língua portuguesa, que é constantemente influenciada por fatores regionais, sociais e históricos. Ao reconhecer apenas a norma culta, o sistema educacional cria uma visão limitada da língua, desconsiderando sua riqueza e complexidade.

Jesus e Manzano (2019) acrescentam que a centralização da norma culta no ensino também afeta a inovação nas práticas pedagógicas. Em escolas inovadoras, onde se tenta promover uma abordagem mais plural e dinâmica da língua, o conservadorismo educacional muitas vezes impede a implementação de práticas que valorizem a diversidade linguística. Isso cria uma tensão entre a inovação pedagógica e a manutenção de práticas tradicionais, que priorizam a norma culta como forma superior de uso da língua.

Fernandes e Neto (2015) discutem que as inovações pedagógicas no ensino de ciências podem servir de exemplo para o ensino de língua portuguesa. Assim como nas ciências, onde a diversificação das metodologias promove uma maior compreensão do conteúdo, o ensino da língua também se beneficiaria de uma abordagem que valorize a pluralidade linguística. A centralização da norma culta, ao contrário, limita essa diversidade e impede uma abordagem mais criativa e inclusiva no ensino da língua.

A representação da norma culta na cultura popular, como analisado por Mesquita, Silva e Mesquita (2020), também reflete a centralização dessa variante no ensino. A caricatura de variantes linguísticas regionais, como na tirinha de Chico Bento, reforça o estigma contra essas formas de falar, apresentando-as como "incorretas" ou "inferiores." Essa visão é perpetuada no sistema educacional, onde a norma culta é tratada como o único padrão aceitável, marginalizando outras formas de expressão.

Jorge e Faraco (2008) defendem que a centralização da norma culta no ensino de língua

portuguesa reflete uma herança colonial, onde a língua das elites é vista como superior. Essa visão, profundamente enraizada na educação brasileira, perpetua desigualdades sociais, ao invés de promover uma educação linguística que reconheça e valorize a diversidade. Para romper com essa tradição, é necessário adotar uma abordagem mais democrática e inclusiva da língua.

Desta forma, Corrêa *et al.*, (2024) discutem que a centralização de uma única norma no ensino de línguas também é observada no ensino de língua inglesa. Assim como no ensino de português, a priorização de variedades específicas da língua ignora a diversidade linguística dos falantes, criando barreiras para uma educação mais inclusiva. Amorim, Ibiapina e Nascimento (2024) destacam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oferece oportunidades para a diversificação das práticas de linguagem, mas a centralização da norma culta ainda representa um desafio a ser superado para que essa diversificação seja plenamente implementada.

3.2 CONSEQUÊNCIAS DO ENSINO NORMATIVO E OS PRECONCEITOS REFORÇADOS POR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O ensino normativo, ao centralizar a norma culta como a única forma correta de expressão, gera uma série de consequências para os estudantes, especialmente aqueles que utilizam variantes linguísticas diferentes. Figueiredo (2019) destaca que essa abordagem cria uma barreira entre os alunos e a escola, ao reforçar preconceitos linguísticos. Aqueles que não dominam a norma culta são vistos como inadequados ou incapazes de usar a língua de maneira "correta", o que gera sentimentos de exclusão e desvalorização.

Franco e Peixoto (2021) observam que o ensino normativo perpetua uma prática pedagógica conservadora que limita o desenvolvimento dos estudantes. Ao invés de estimular a criatividade e a exploração da linguagem em suas diversas formas, o foco excessivo na correção da norma culta reprime a expressão individual dos alunos. Isso pode levar à desmotivação, uma vez que os estudantes não se veem representados no conteúdo que lhes é apresentado.

Carvalho (2015) aponta que as consequências do ensino normativo vão além da sala de aula. Ao excluir outras variantes linguísticas, o sistema educacional reforça desigualdades sociais, afetando principalmente estudantes de grupos marginalizados. Essa exclusão linguística é, na verdade, uma forma de violação dos direitos humanos, uma vez que impede os alunos de desenvolverem plenamente suas capacidades linguísticas e culturais.

Faraco (2008) argumenta que o ensino normativo, ao privilegiar a norma culta, ignora a diversidade e a dinâmica da língua portuguesa. A língua é um fenômeno vivo, em constante

transformação, e o ensino deve refletir essa pluralidade. Ao não reconhecer a importância das variantes linguísticas, a escola limita a compreensão que os alunos têm da própria língua e de sua função social.

Jesus e Manzano (2019) discutem como o conservadorismo pedagógico, associado ao ensino normativo, impede a inovação nas práticas de ensino. Ao focar exclusivamente na norma culta, as escolas deixam de explorar metodologias que poderiam valorizar a diversidade linguística e promover uma educação mais inclusiva. Isso afeta diretamente o desenvolvimento dos estudantes, que não têm acesso a uma aprendizagem que reflita sua realidade sociolinguística.

Fernandes e Neto (2015) apontam que inovações pedagógicas no ensino de ciências têm mostrado como abordagens diversificadas podem melhorar o aprendizado. Essa lógica pode ser aplicada também ao ensino de língua portuguesa, onde uma abordagem mais inclusiva, que valorize as diferentes variantes linguísticas, pode enriquecer o processo de aprendizagem. No entanto, o ensino normativo limita essa possibilidade ao restringir a linguagem a um modelo único e estático.

Mesquita, Silva e Mesquita (2020) exploram como a cultura popular, através da caricatura de variantes linguísticas, também influencia a percepção dos alunos em relação à norma culta. Na tirinha de Chico Bento, por exemplo, a variante caipira é retratada de maneira humorística, mas também marginalizada. Isso reflete como o ensino normativo reforça preconceitos linguísticos, ao desvalorizar as variantes que se desviam da norma culta.

Além de afetar a autoestima dos alunos, o ensino normativo também tem consequências cognitivas. Figueiredo (2019) sugere que, ao focar na correção constante da norma culta, o ensino limita a capacidade dos alunos de pensar criticamente sobre a linguagem. Em vez de aprender a refletir sobre a diversidade e as funções da língua, os estudantes são treinados a memorizar regras gramaticais, o que empobrece o processo de aprendizagem.

Franco e Peixoto (2021) ressaltam que o ensino normativo não prepara os estudantes para enfrentar a complexidade da comunicação no mundo real, onde a diversidade linguística é uma constante. Ao invés de promover uma visão crítica e inclusiva da linguagem, a escola reproduz um modelo que perpetua desigualdades e limita o desenvolvimento completo dos alunos, tanto no âmbito acadêmico quanto social.

As práticas pedagógicas desempenham um papel central na perpetuação de preconceitos linguísticos nas escolas. Jesus e Manzano (2019) observam que, em muitas instituições de ensino, a preferência pela norma culta e a desvalorização de outras variantes linguísticas são reflexos de uma abordagem conservadora. Essa prática reforça preconceitos ao tratar as

variantes populares ou regionais como erros a serem corrigidos, em vez de legítimas formas de expressão.

Figueiredo (2019) aponta que a ausência de uma perspectiva sociolinguística nas aulas de português contribui para a manutenção de estigmas linguísticos. Ao não discutir a diversidade linguística e seu valor no contexto social, os professores reforçam a ideia de que apenas a norma culta é correta, marginalizando alunos que utilizam variantes diferentes. Isso afeta diretamente a autoestima e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Franco e Peixoto (2021) argumentam que as práticas pedagógicas tradicionais, ao priorizarem o ensino normativo, limitam o desenvolvimento de uma visão crítica dos alunos em relação à língua. Essa visão conservadora impede que os estudantes reconheçam e valorizem a pluralidade linguística como parte de sua identidade cultural e social. Como consequência, reforça-se a ideia de que as variantes populares são inferiores, perpetuando o preconceito linguístico.

Mesquita, Silva e Mesquita (2020) analisam como o preconceito linguístico é reforçado na cultura popular, utilizando a tirinha de Chico Bento como exemplo. A caricatura da fala caipira, retratada de forma humorística, reforça estereótipos negativos sobre variantes regionais. Ao reproduzir esses estereótipos, a educação também contribui para a marginalização dessas variantes no ambiente escolar, reforçando preconceitos preexistentes.

Amorim, Ibiapina e Nascimento (2024) discutem que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oferece diretrizes que poderiam ajudar a superar esses preconceitos, ao valorizar a diversidade linguística nas práticas de linguagem. No entanto, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta resistência, especialmente em contextos educacionais conservadores que perpetuam a centralidade da norma culta. Sem uma mudança pedagógica mais profunda, essas orientações correm o risco de se tornarem apenas teóricas, sem impacto prático.

Jorge e Faraco (2008) destacam que a centralização da norma culta no ensino de língua portuguesa é um reflexo histórico das relações de poder que marcaram a formação da sociedade brasileira. Ao continuar privilegiando essa norma, as escolas reforçam desigualdades sociais e culturais, favorecendo aqueles que já têm acesso a essa variante e marginalizando os que utilizam outras formas de expressão.

Corrêa *et al.* (2024) abordam como o preconceito linguístico não se limita ao ensino de português, mas também é evidente em outras línguas, como o inglês. A priorização de determinadas variantes linguísticas, como o inglês britânico ou americano, reforça uma visão hierárquica das línguas e desvaloriza outras formas de uso. Isso reflete um padrão pedagógico

mais amplo, que valoriza normas linguísticas dominantes e marginaliza expressões linguísticas periféricas.

Além de afetar a autoestima dos alunos, as práticas pedagógicas que reforçam o preconceito linguístico também afetam o processo de aprendizagem. Figueiredo (2019) sugere que, ao tratar as variantes linguísticas como "erradas," os professores criam um ambiente em que os alunos têm medo de errar, o que inibe a participação ativa e a construção de conhecimento. Ao invés de promover um espaço de aprendizado inclusivo, essas práticas limitam o desenvolvimento linguístico dos estudantes.

Assim, Franco e Peixoto (2021) defendem que a superação dos preconceitos linguísticos nas práticas pedagógicas exige uma mudança estrutural nas abordagens de ensino. Os educadores precisam ser formados para reconhecer e valorizar a diversidade linguística, promovendo um ambiente onde todas as formas de expressão sejam legitimadas. Isso não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

3.3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E IMPACTO DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS NO DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO

A formação de professores desempenha um papel crucial no ensino de gramática, pois os educadores são os responsáveis por moldar a maneira como os alunos compreendem e utilizam a língua. Franco e Peixoto (2021) destacam que muitos professores ainda são formados dentro de uma perspectiva conservadora, que valoriza a norma culta como única forma válida de uso da língua. Essa formação tradicional limita as possibilidades pedagógicas, uma vez que os educadores não estão preparados para lidar com a diversidade linguística presente em sala de aula.

Jesus e Manzano (2019) apontam que essa formação conservadora dificulta a implementação de práticas inovadoras no ensino de língua portuguesa. Os professores, formados para seguir modelos normativos, muitas vezes encontram resistência ao tentar introduzir metodologias que valorizem as variantes linguísticas. A falta de formação adequada para lidar com essa diversidade linguística acaba por reforçar práticas que perpetuam a centralização da norma culta e desvalorizam outras formas de expressão.

Figueiredo (2019) argumenta que uma formação de professores que incorpore uma perspectiva sociolinguística é essencial para desconstruir preconceitos linguísticos. Ao serem expostos a abordagens que valorizem a pluralidade da língua, os professores podem desenvolver

práticas pedagógicas mais inclusivas, que considerem as diferentes variantes linguísticas como legítimas. Isso permitiria que o ensino de gramática fosse mais contextualizado e relevante para a realidade dos alunos.

Faraco (2008) também sugere que a formação de professores deve incluir uma compreensão mais ampla da língua como um fenômeno social e histórico, que se transforma de acordo com as necessidades de seus falantes. Ao compreender a gramática dentro desse contexto dinâmico, os professores podem ir além da mera prescrição de regras gramaticais e promover uma reflexão crítica sobre a língua e seu uso em diferentes contextos.

Mesquita, Silva e Mesquita (2020) analisam como o preconceito linguístico é reforçado na cultura popular e como isso influencia as práticas pedagógicas. Para superar esse desafio, é fundamental que os professores sejam preparados para questionar estereótipos linguísticos e incentivar uma visão mais inclusiva da linguagem. A formação de professores, portanto, deve incluir uma análise crítica das representações linguísticas na mídia e na cultura popular, como forma de promover uma abordagem mais inclusiva no ensino de gramática.

Corrêa *et al.* (2024) discutem a importância de uma formação docente que seja de colonial, ou seja, que questione as imposições de normas linguísticas dominantes e valorize as variantes periféricas. Esse tipo de formação capacita os professores a reconhecerem e legitimarem as diferentes formas de uso da língua, rompendo com a tradição de centralizar a norma culta. Isso é especialmente relevante no contexto brasileiro, onde a diversidade linguística é uma marca característica do país.

Carvalho (2015) destaca que, sem uma formação adequada, os professores tendem a perpetuar desigualdades linguísticas em sala de aula. A falta de preparo para lidar com a diversidade linguística reforça práticas que marginalizam os estudantes que não dominam a norma culta. Ao invés de promover uma educação inclusiva, o ensino de gramática acaba por reforçar as divisões sociais e culturais.

Fernandes e Neto (2015) apontam que inovações pedagógicas no ensino de ciências mostram como uma abordagem mais flexível e diversificada pode transformar a prática educacional. Da mesma forma, o ensino de gramática se beneficiaria de uma formação docente que valorize a experimentação e a inovação. Professores que são incentivados a explorar novas metodologias têm mais chances de promover um ensino de gramática que seja mais envolvente e significativo para os alunos.

Franco e Peixoto (2021) reforçam que a formação de professores precisa ir além da transmissão de conteúdos teóricos e deve focar na construção de uma prática reflexiva. Professores que refletem sobre suas próprias práticas pedagógicas e que têm a oportunidade de

experimental abordagens diferentes estão mais aptos a lidar com a diversidade linguística e a promover um ensino de gramática que seja inclusivo, crítico e relevante.

As práticas tradicionais de ensino de língua portuguesa, centradas na norma culta, têm um impacto significativo no desenvolvimento linguístico dos estudantes. Figueiredo (2019) observa que o foco exclusivo na correção gramatical e na norma culta desconsidera a diversidade linguística presente no Brasil, limitando o potencial de aprendizagem dos alunos. Ao impor uma única forma de linguagem como "correta", as práticas tradicionais acabam marginalizando aqueles que utilizam variantes linguísticas diferentes.

Faraco (2008) destaca que a norma culta, embora importante, não deve ser a única perspectiva a ser ensinada nas escolas. A centralização dessa norma cria uma visão limitada da língua, tratando-a como um sistema estático e ignorando sua evolução dinâmica e diversificada. Essa abordagem tradicional pode restringir o desenvolvimento linguístico dos alunos, ao não permitir que eles explorem a pluralidade da língua em contextos reais.

Mesquita, Silva e Mesquita (2020) abordam o impacto cultural dessas práticas ao analisar a representação da fala caipira na tirinha de Chico Bento. A caricatura da linguagem regional reflete um preconceito enraizado nas práticas pedagógicas tradicionais, onde as variantes linguísticas que se distanciam da norma culta são tratadas de forma inferior. Essa visão reforça estigmas e limita o reconhecimento das variações linguísticas como legítimas formas de expressão.

Franco e Peixoto (2021) apontam que as práticas tradicionais de ensino frequentemente reforçam uma abordagem conservadora, que perpetua a desigualdade linguística nas escolas. O impacto dessa visão é sentido principalmente por alunos de regiões periféricas, que muitas vezes têm sua linguagem desvalorizada em sala de aula. Essa desvalorização pode levar à desmotivação e ao fracasso escolar, prejudicando o desenvolvimento linguístico e acadêmico desses estudantes.

Jesus e Manzano (2019) discutem que as práticas conservadoras no ensino de língua portuguesa limitam a inovação pedagógica, que poderia ser mais inclusiva e eficaz. O ensino baseado exclusivamente na norma culta inibe a criatividade dos alunos e impede a utilização de metodologias que valorizem a diversidade linguística, dificultando o desenvolvimento pleno das habilidades linguísticas dos estudantes.

Corrêa *et al.* (2024) destacam que essas práticas tradicionais também afetam o ensino de outras línguas, como o inglês, onde a centralização de determinadas variantes, como o inglês britânico ou americano, exclui outras formas legítimas de expressão. Esse fenômeno é uma extensão das mesmas práticas pedagógicas que perpetuam a hierarquia linguística e

desvalorizam a pluralidade de formas de comunicação, impactando negativamente o desenvolvimento linguístico dos alunos em um nível global.

Carvalho (2015) argumenta que o ensino tradicional, ao desconsiderar a diversidade linguística, viola os direitos linguísticos dos estudantes. Ele defende que o reconhecimento das variantes linguísticas no ambiente escolar é uma questão de direitos humanos, e as práticas pedagógicas que ignoram essa diversidade acabam por perpetuar a exclusão social. Isso impacta diretamente o desenvolvimento linguístico dos alunos, que não têm suas formas de expressão valorizadas no ambiente educacional.

Amorim, Ibiapina e Nascimento (2024) reforçam que as práticas de ensino estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) buscam promover uma abordagem mais inclusiva das práticas de linguagem, mas sua implementação enfrenta barreiras significativas nas escolas que ainda aderem a práticas conservadoras. A centralização da norma culta no currículo escolar limita o desenvolvimento de uma abordagem mais pluralista e dinâmica da linguagem, impactando negativamente a formação linguística dos alunos.

Jorge e Faraco (2008) concluem que, para superar o impacto negativo das práticas tradicionais no desenvolvimento linguístico, é necessário adotar uma abordagem mais inclusiva e democrática no ensino de língua. Ao valorizar a diversidade linguística, as escolas podem promover um desenvolvimento linguístico mais robusto, que reconheça a língua como um fenômeno social e dinâmico, e que prepare os alunos para interagir de maneira eficaz em um mundo plural e diversificado.

4 PROPOSTAS PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

4.1 INCLUSÃO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E NOVAS ABORDAGENS PEDAGÓGICAS

A inclusão da diversidade linguística no currículo escolar é uma necessidade urgente para garantir uma educação mais inclusiva e representativa da realidade linguística do Brasil. Santos (2023) propõe que o ensino de gramática nas escolas deve se basear em uma abordagem que reconheça as múltiplas construções linguísticas presentes na sociedade. Ao adotar essa perspectiva, o currículo escolar pode refletir a riqueza da língua portuguesa e suas diversas manifestações, promovendo uma educação mais plural e inclusiva.

Faraco (2008) argumenta que a centralização da norma culta no ensino de língua portuguesa perpetua uma visão restritiva da língua, que ignora sua diversidade. Para que a inclusão da diversidade linguística seja efetiva, é necessário desconstruir a ideia de que a norma culta é a única forma legítima de expressão. O currículo escolar deve ser reformulado para incluir as variantes linguísticas como parte integrante do ensino, promovendo uma visão mais democrática da língua.

Franco e Peixoto (2021) discutem que a prática pedagógica tradicional, que valoriza a norma culta em detrimento de outras variantes, está enraizada em um conservadorismo que precisa ser superado. Eles defendem que o currículo escolar deve incorporar práticas pedagógicas inovadoras que reconheçam e valorizem a diversidade linguística dos alunos. Essa mudança pode criar um ambiente educacional mais inclusivo, onde todas as formas de expressão são legitimadas.

Silva e Santos (2015) defendem a educação linguística sustentável como uma alternativa para ressignificar o ensino de língua materna. A proposta visa incluir no currículo práticas que promovam o reconhecimento da diversidade linguística como um recurso valioso para o aprendizado, e não como um obstáculo a ser superado. Ao fazer isso, o ensino de língua portuguesa pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A experiência de inovações pedagógicas em outras áreas, como no ensino de ciências, também pode ser aplicada ao ensino de língua portuguesa. Fernandes e Neto (2015) observam que a diversificação das práticas pedagógicas no ensino de ciências resultou em uma maior compreensão e envolvimento dos alunos. Essa lógica pode ser aplicada ao ensino de língua, onde a inclusão da diversidade linguística no currículo pode enriquecer o aprendizado e promover uma maior conexão dos alunos com a língua que falam.

Leite e Araújo (2014) propõem a textualização e adequação linguística como estratégias para incluir a diversidade linguística no currículo escolar. Ao valorizar as diversas formas de expressão dos alunos e permitir que elas sejam recontextualizadas no ambiente escolar, o ensino de língua materna pode se tornar mais relevante e inclusivo. Essas práticas ajudam a superar o preconceito linguístico e a promover uma visão mais plural da língua.

Campos (2016), ao discutir as perspectivas de Bakhtin sobre o ensino de língua materna no Brasil, destaca que o reconhecimento da diversidade linguística é essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua identidade cultural. O currículo escolar deve, portanto, incluir práticas que promovam o diálogo entre as diferentes variantes linguísticas, permitindo que os alunos compreendam a língua como um fenômeno social e dinâmico.

Wamser (2018) defende uma abordagem reflexiva no ensino de gramática, onde os alunos são incentivados a refletir sobre as diferentes formas de uso da língua e suas implicações sociais. Essa proposta de gramática reflexiva, que pode ser incluída no currículo escolar, valoriza a diversidade linguística e promove o desenvolvimento de uma compreensão crítica da língua por parte dos alunos. Isso contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

A inclusão da diversidade linguística no currículo escolar é uma questão de justiça social. Ao valorizar todas as formas de expressão linguística, o sistema educacional contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. O reconhecimento da pluralidade linguística no ensino de língua materna é essencial para garantir que todos os alunos se sintam valorizados e representados no ambiente escolar, como argumentado por Faraco (2008). Isso não só enriquece o processo de aprendizagem, mas também fortalece o papel da escola como promotora de inclusão social.

As novas abordagens pedagógicas para o ensino de gramática têm buscado superar o conservadorismo tradicional presente nas salas de aula, promovendo metodologias mais inclusivas e dinâmicas. Fernandes e Neto (2015) discutem como inovações pedagógicas no ensino de ciências podem ser adaptadas para o ensino de gramática. Eles destacam que a diversificação das metodologias de ensino, com foco na interação ativa dos alunos, promove uma compreensão mais profunda e engajada dos conteúdos.

Santos (2023) propõe a abordagem da gramática de construções no ensino de português como língua materna, que se baseia na ideia de que a gramática deve ser ensinada a partir do uso real da língua. Ao invés de focar em regras normativas, essa proposta incentiva o aprendizado através de exemplos práticos e situações do cotidiano, aproximando os alunos da linguagem que utilizam em seu dia a dia. Isso cria uma conexão mais significativa entre a

gramática e o uso prático da língua.

Faraco (2008) argumenta que a inclusão de novas abordagens pedagógicas no ensino de gramática é fundamental para desconstruir a centralização da norma culta nas escolas. Ele ressalta que o ensino de gramática precisa refletir a diversidade linguística do país, promovendo um entendimento mais amplo da língua como um fenômeno dinâmico e socialmente construído. Isso significa valorizar as variantes linguísticas regionais e sociais, tornando o ensino mais inclusivo.

Franco e Peixoto (2021) apontam que a resistência a essas novas abordagens está ligada a uma visão conservadora da educação, que valoriza a tradição e a normatização da língua. No entanto, eles argumentam que a adoção de práticas pedagógicas inovadoras pode transformar o ensino de gramática, tornando-o mais acessível e relevante para os estudantes. Ao incorporar metodologias que valorizem a interação e a diversidade, o ensino de gramática pode se tornar mais eficaz e engajador.

Silva e Santos (2015) propõem uma educação linguística sustentável, que ressignifica o ensino de língua materna ao incluir práticas que promovam o reconhecimento da diversidade linguística. Eles argumentam que o ensino de gramática deve ir além da normatização e valorizar as diferentes formas de expressão presentes na sociedade. Ao fazer isso, as escolas podem promover uma educação mais inclusiva e democrática.

Jesus (2024) destaca as contribuições da sociolinguística para o ensino de gramática, enfatizando que o reconhecimento das variações linguísticas no ensino de língua materna é essencial para a construção de uma educação mais justa e equitativa. Ao valorizar as formas de expressão dos alunos, as práticas pedagógicas podem combater o preconceito linguístico e promover o respeito pela diversidade cultural e linguística.

Leite e Araújo (2014) sugerem que a textualização e a adequação linguística são estratégias eficazes para tornar o ensino de gramática mais acessível e inclusivo. Essas práticas permitem que os alunos tragam suas próprias experiências linguísticas para a sala de aula, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e significativa. Ao fazer isso, o ensino de gramática deixa de ser um conjunto de regras abstratas e passa a refletir a realidade linguística dos estudantes.

Rossarola e Rodrigues (2015) apresentam uma proposta de intervenção no ensino de língua materna que se concentra na análise linguística de aspectos verbais. Elas argumentam que essa abordagem pode ser aplicada ao ensino de gramática para incentivar uma compreensão mais profunda das estruturas linguísticas, promovendo uma reflexão crítica sobre o uso da língua. Essa metodologia ajuda a desenvolver a capacidade dos alunos de analisar e utilizar a

língua de forma mais consciente e eficiente.

Campos (2016), ao discutir as perspectivas de Bakhtin no ensino de língua materna, defende que o ensino de gramática deve ser dialógico, promovendo o encontro de diferentes vozes e perspectivas linguísticas. Ao incluir a diversidade linguística no ensino de gramática, os professores podem criar um ambiente onde os alunos se sintam valorizados e engajados no processo de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla e crítica da língua.

4.2 VALORIZAÇÃO DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES SOBRE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

A valorização das variações linguísticas em sala de aula é uma prática pedagógica essencial para promover uma educação inclusiva e representativa da realidade social dos alunos. Silva e Santos (2015) defendem que uma educação linguística sustentável deve incluir o reconhecimento e a valorização das diferentes formas de expressão linguística, uma vez que elas refletem a identidade cultural e social dos falantes. Ao incluir essas variações no currículo, os professores não apenas respeitam a diversidade, mas também promovem a inclusão.

Jesus (2024) argumenta que as contribuições da sociolinguística são fundamentais para o ensino de língua materna. A autora destaca que, ao valorizar as variantes linguísticas, o professor pode promover um ambiente de aprendizagem mais equitativo, onde todos os alunos se sentem representados e respeitados. Essa abordagem sociolinguística permite que os alunos reconheçam suas próprias formas de fala como legítimas, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade.

No campo das inovações pedagógicas, Fernandes e Neto (2015) mostram como a diversificação das metodologias no ensino de ciências pode ser aplicada ao ensino de língua portuguesa. A valorização das variações linguísticas pode ser uma forma de inovar as práticas pedagógicas, incentivando os alunos a refletirem sobre as diferentes formas de uso da língua e a entenderem como essas variantes se conectam com suas próprias realidades sociais e culturais.

Santos (2023) propõe a gramática de construções como uma metodologia que integra a valorização das variações linguísticas no ensino de português. Essa abordagem reconhece que a língua é dinâmica e multifacetada, refletindo diferentes contextos e situações de uso. Ao adotar essa perspectiva, os professores podem estimular os alunos a compreenderem a língua de maneira mais abrangente e conectada com seu uso cotidiano.

Faraco (2008) discute como a centralização da norma culta no ensino tradicional exclui

outras formas legítimas de falar e escrever. A valorização das variações linguísticas no ensino de gramática pode combater esse conservadorismo, permitindo que os alunos explorem a pluralidade da língua e compreendam que a norma culta é apenas uma das diversas formas de uso linguístico, e não a única válida.

Rossarola e Rodrigues (2015) propõem intervenções pedagógicas que incluem a análise das variações linguísticas como parte do ensino de língua materna. Essas propostas ajudam os alunos a desenvolverem uma compreensão mais crítica da língua, analisando como diferentes formas verbais e estruturas linguísticas variam conforme o contexto e a situação comunicativa. Isso enriquece a experiência de aprendizado e promove a inclusão de diferentes formas de expressão linguística no ambiente escolar.

Franco e Peixoto (2021) argumentam que as práticas pedagógicas conservadoras que ignoram as variações linguísticas devem ser substituídas por abordagens que valorizem essas formas de fala como recursos pedagógicos. Ao fazer isso, os professores não apenas diversificam o ensino, mas também promovem o respeito e a valorização da diversidade linguística presente nas salas de aula, preparando os alunos para interagirem em uma sociedade linguística e culturalmente diversa.

Campos (2016), ao se basear nas teorias de Bakhtin, ressalta que a valorização das variações linguísticas no ensino de língua materna é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Segundo Bakhtin, a língua é um fenômeno social e ideológico, e sua diversidade deve ser reconhecida e explorada nas práticas pedagógicas. Ao valorizar essa diversidade, os professores ajudam os alunos a compreenderem o papel social da língua e a refletirem criticamente sobre suas próprias práticas linguísticas.

A valorização das variações linguísticas em sala de aula não apenas promove a inclusão, mas também contribui para o desenvolvimento linguístico dos alunos. Ao reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão, os professores criam um ambiente de aprendizagem mais democrático, onde os alunos são incentivados a explorar a língua em toda a sua complexidade e riqueza (Silva; Santos, 2015). Isso resulta em um processo de ensino aprendizagem mais eficaz e representativo das realidades sociolinguísticas dos estudantes.

A formação continuada de professores é fundamental para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade linguística. Fernandes e Neto (2015) apontam que a formação de educadores deve acompanhar as inovações pedagógicas, permitindo que os professores desenvolvam metodologias que reconheçam e incorporem as variações linguísticas presentes nas salas de aula. A atualização constante dos educadores é essencial para que eles possam abordar a diversidade linguística de maneira adequada e eficaz.

Silva e Santos (2015) destacam que uma educação linguística sustentável depende da capacidade dos professores de reconhecerem as diferentes formas de expressão linguística como recursos valiosos para o ensino. A formação continuada deve, portanto, preparar os educadores para lidar com a diversidade linguística, promovendo uma abordagem inclusiva e sustentável do ensino da língua materna. Ao fazer isso, os professores poderão ressignificar suas práticas e promover uma educação mais equitativa.

Jesus (2024) argumenta que a sociolinguística oferece importantes contribuições para a formação de professores de língua materna. A autora sugere que a formação continuada deve incluir estudos sociolinguísticos que permitam aos educadores entenderem as dinâmicas de variação linguística e aplicá-las em suas práticas pedagógicas. Isso possibilita que os professores valorizem as diferentes formas de fala dos alunos e criem um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

Rossarola e Rodrigues (2015) ressaltam a importância de intervenções pedagógicas que incluam a análise de variações linguísticas. A formação continuada deve fornecer aos professores ferramentas para implementar essas intervenções, ajudando-os a desenvolver uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre a língua. Isso é essencial para que os educadores possam desconstruir preconceitos linguísticos e promover a diversidade em sala de aula.

Leite e Araújo (2014) enfatizam a textualização e adequação linguística como estratégias que podem ser incorporadas no ensino da língua materna para valorizar a diversidade. A formação continuada deve capacitar os professores a utilizarem essas práticas em sala de aula, promovendo uma visão sociointeracionista da língua. Essa abordagem contribui para que os alunos reconheçam e valorizem suas próprias formas de expressão linguística.

Silva (2023) discute as lacunas presentes na formação inicial dos professores de língua portuguesa e a necessidade de uma formação continuada que preencha essas lacunas. Segundo a autora, muitos professores saem da licenciatura sem uma preparação adequada para lidar com a diversidade linguística. A formação continuada, nesse contexto, deve focar na superação dessas deficiências, proporcionando uma formação prática e pedagógica mais completa.

Santos (2023) propõe a gramática de construções como uma metodologia que pode ser incluída na formação continuada de professores para lidar com a diversidade linguística. Essa abordagem permite que os professores ensinem a gramática de maneira dinâmica, integrando as variações linguísticas no ensino de língua materna. Ao adotar essa perspectiva, os educadores poderão proporcionar aos alunos uma compreensão mais ampla e contextualizada da língua.

Faraco (2008) argumenta que o ensino de língua portuguesa precisa se afastar da

centralização da norma culta e adotar uma abordagem mais pluralista. A formação continuada deve ajudar os professores a entenderem a importância de valorizar as variantes linguísticas, proporcionando uma visão mais democrática e inclusiva da língua. Isso é fundamental para que os educadores possam transformar suas práticas e promover um ensino que reconheça a diversidade.

Franco e Peixoto (2021) defendem que a formação continuada deve preparar os professores para superarem o conservadorismo pedagógico e adotarem práticas inovadoras que valorizem a diversidade linguística. Ao se atualizar constantemente, os educadores podem se adaptar às demandas de uma sociedade cada vez mais plural e dinâmica, promovendo um ensino que seja ao mesmo tempo inclusivo e eficaz.

Campos (2016), ao discutir as contribuições de Bakhtin, ressalta a importância de incluir o diálogo sobre diversidade linguística na formação continuada de professores. Segundo Bakhtin, a língua é um fenômeno social que reflete as interações entre os falantes, e é fundamental que os educadores estejam preparados para abordar essa diversidade de maneira crítica e reflexiva. A formação continuada é o meio pelo qual os professores podem se preparar para essa tarefa, contribuindo para um ensino de língua materna que valorize a pluralidade linguística.

4.3 ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O combate ao preconceito linguístico é uma tarefa crucial para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e justa. Rossarola e Rodrigues (2015) propõem uma intervenção pedagógica focada na análise linguística de aspectos verbais como uma estratégia para questionar e desmantelar preconceitos. Ao expor os alunos a diferentes variantes da língua e discutir a legitimidade de todas elas, os professores podem ajudar a desconstruir estereótipos linguísticos enraizados na norma culta.

Leite e Araújo (2014) destacam a textualização e a adequação linguística como práticas pedagógicas importantes para enfrentar o preconceito linguístico em sala de aula. Ao trabalhar com textos produzidos pelos próprios alunos e transformá-los em novas versões, o professor pode mostrar como a linguagem pode variar sem perder seu valor comunicativo. Essa abordagem também ajuda a promover o respeito pelas diversas formas de expressão encontradas no cotidiano dos estudantes.

Fernandes e Neto (2015), ao analisar inovações pedagógicas no ensino de ciências, ressaltam que estratégias inovadoras podem ser aplicadas ao ensino da língua para combater

preconceitos. A introdução de práticas pedagógicas que valorizem a experimentação e a reflexão crítica sobre a língua pode desafiar os alunos a repensar a visão hierárquica que se impõe sobre as variantes linguísticas. O incentivo ao pensamento crítico é uma maneira eficaz de combater preconceitos linguísticos enraizados.

Silva e Santos (2015) sugerem que uma educação linguística sustentável, que reconheça e valorize a diversidade linguística, é essencial para superar o preconceito linguístico. Essa abordagem incentiva os professores a incluir diferentes formas de falar no currículo escolar, promovendo a diversidade como um ativo, em vez de uma barreira. O desenvolvimento de uma consciência sustentável em relação à linguagem ajuda a evitar que os alunos internalizem o preconceito contra variantes linguísticas.

Elis Rodrigues Silva (2023) aborda as lacunas prático-pedagógicas na formação de professores de língua portuguesa, destacando a necessidade de uma formação que prepare os educadores para lidar com a diversidade linguística em sala de aula. A introdução de cursos específicos sobre variação linguística e preconceito linguístico pode equipar os professores com as ferramentas necessárias para combater essas formas de discriminação no ambiente escolar.

Campos (2016), ao discutir as teorias de Bakhtin, enfatiza a importância do diálogo na superação do preconceito linguístico. Bakhtin sugere que a língua é um fenômeno social e ideológico, e que o diálogo entre diferentes vozes e formas de expressão deve ser valorizado. Promover a diversidade linguística em sala de aula, por meio de discussões abertas e inclusivas, pode ajudar a reduzir o preconceito, ao reconhecer a riqueza das diferentes formas de fala.

Wamser (2018) propõe uma abordagem epilinguística, que incentiva os alunos a refletirem sobre as regras e padrões da língua de forma crítica e consciente. Essa prática pode ser aplicada ao ensino de gramática como uma forma de combater o preconceito linguístico, ao permitir que os alunos analisem as variações da língua de maneira reflexiva e sem julgamento. O ensino de gramática pode, assim, ser transformado em uma ferramenta de inclusão, em vez de um mecanismo de exclusão.

Jesus (2024) contribui para o debate ao sugerir que a sociolinguística oferece subsídios valiosos para o combate ao preconceito linguístico. Ela defende que a integração de conceitos sociolinguísticos no currículo escolar pode permitir uma maior conscientização sobre a diversidade linguística, ajudando a eliminar o preconceito. Através do estudo das variações linguísticas e de suas implicações sociais, os alunos podem desenvolver uma visão mais inclusiva da linguagem.

Assim, estratégias eficazes para combater o preconceito linguístico incluem a reformulação das práticas pedagógicas tradicionais e a introdução de metodologias que

promovam a reflexão crítica sobre a língua (Rossarola; Rodrigues, 2015). A criação de um ambiente escolar que valorize todas as formas de expressão linguística é essencial para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Ao adotar essas práticas, os professores podem desempenhar um papel vital na erradicação do preconceito linguístico em sala de aula.

A reformulação das práticas pedagógicas tradicionais é essencial para combater o preconceito linguístico e promover a inclusão no ambiente escolar. Uma dessas reformulações inclui o uso de atividades práticas que incentivem a exposição e a análise das diferentes variantes linguísticas presentes na sociedade. Leite e Araújo (2014) sugerem que, ao trabalhar com textos que reflitam a diversidade linguística dos alunos, os professores podem promover a empatia e o respeito mútuo entre os estudantes, desmistificando a ideia de que a norma culta é a única forma correta de expressão.

Além disso, a criação de espaços de diálogo aberto em sala de aula, como sugere Campos (2016), é uma estratégia fundamental para enfrentar o preconceito linguístico. Ao permitir que os alunos compartilhem suas próprias experiências linguísticas e discutam as implicações sociais do uso da língua, os educadores podem fomentar uma compreensão mais profunda da língua como um fenômeno dinâmico e cultural. O diálogo também possibilita que os estudantes questionem as hierarquias estabelecidas e reconheçam a legitimidade de todas as formas de falar.

Outra abordagem eficaz é o uso de debates e reflexões críticas sobre as normas linguísticas, conforme proposto por Wamser (2018). Ao incentivar os alunos a analisarem criticamente as regras e padrões da língua, os professores podem ajudar os estudantes a reconhecerem o preconceito implícito em certas práticas linguísticas. Isso permite que a aula de gramática, muitas vezes vista como uma disciplina rígida e normatizada, se torne um espaço de reflexão inclusiva, onde todas as formas de expressão são consideradas válidas.

A formação contínua de professores também desempenha um papel crucial nesse processo. Silva (2023) destaca a importância de programas de capacitação que incluam o estudo da sociolinguística e das variantes linguísticas. Ao serem capacitados para lidar com a diversidade linguística, os professores podem atuar de forma mais consciente e proativa no combate ao preconceito linguístico em suas salas de aula, utilizando estratégias pedagógicas mais inclusivas.

Jesus (2024) sugere que a incorporação da sociolinguística no currículo escolar não apenas amplia a compreensão dos alunos sobre a língua, mas também contribui para a erradicação do preconceito linguístico. Ao estudar as variações linguísticas e suas relações com

fatores sociais, como classe, gênero e etnia, os alunos são levados a uma reflexão crítica sobre o papel da língua na sociedade, o que contribui para a construção de uma mentalidade mais inclusiva e equitativa.

Outra estratégia para combater o preconceito linguístico é a promoção de atividades interdisciplinares, nas quais a análise da linguagem pode ser integrada a outras disciplinas, como história e sociologia. Fernandes e Neto (2015) sugerem que essa abordagem permite que os alunos compreendam como a língua está intrinsecamente conectada à identidade cultural e às estruturas de poder. Ao conectar a análise linguística com outros aspectos da vida social, os professores podem promover uma educação mais holística e crítica.

Finalmente, é importante que a escola como um todo adote uma política clara de valorização da diversidade linguística. Isso pode ser feito através da reformulação dos materiais didáticos, que muitas vezes reforçam a supremacia da norma culta. Ao incluir textos e exemplos que reflitam a diversidade linguística do país, os materiais didáticos podem se tornar ferramentas importantes no combate ao preconceito linguístico, como destacam Rossarola e Rodrigues (2015). Essa reformulação é um passo fundamental para a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

Dessa forma, o combate ao preconceito linguístico exige uma série de estratégias interconectadas, que passam pela reformulação das práticas pedagógicas, a capacitação dos professores e a criação de um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade. Ao adotar essas práticas, as escolas podem não apenas contribuir para a erradicação do preconceito linguístico, mas também formar cidadãos mais críticos, conscientes e engajados na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.4 O PAPEL DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CRÍTICOS

A educação linguística desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Silva e Santos (2015) argumentam que uma abordagem de educação linguística sustentável, que ressignifique o ensino de língua materna, é essencial para que os alunos compreendam a língua não apenas como um sistema de regras, mas como uma ferramenta de poder e transformação social. Ao valorizar a pluralidade linguística, os estudantes são incentivados a refletir criticamente sobre as diferentes formas de expressão e seus significados sociais.

A formação de professores, como aponta Silva (2023), também precisa ser reformulada

para que os futuros educadores sejam capazes de lidar com a diversidade linguística em sala de aula. Ele observa que o currículo de Letras muitas vezes não prepara adequadamente os professores para enfrentar as lacunas prático-pedagógicas relacionadas à língua materna. A partir de uma formação mais crítica e voltada para a diversidade, os professores poderão formar alunos mais conscientes e críticos em relação às questões linguísticas.

Campos (2016), com base nas ideias de Bakhtin, destaca a importância do ensino de língua materna como uma forma de promover o diálogo entre diferentes perspectivas culturais e linguísticas. Ao incorporar as ideias de heteroglossia e polifonia no ensino de língua, os educadores podem ajudar os alunos a reconhecer e valorizar a diversidade de vozes que compõem a sociedade, promovendo uma compreensão mais crítica e reflexiva da língua.

Rossarola e Rodrigues (2015) sugerem que a análise linguística de aspectos verbais no ensino de língua materna pode ser uma ferramenta eficaz para desenvolver a consciência crítica dos alunos. Ao analisar como diferentes variantes linguísticas funcionam em contextos diversos, os alunos podem aprender a valorizar a pluralidade linguística e a questionar normas linguísticas preconceituosas. Isso contribui para a formação de cidadãos mais críticos em relação às questões de poder e linguagem.

Santos (2023) propõe a gramática de construções como uma alternativa às abordagens tradicionais no ensino de gramática. Essa metodologia permite que os alunos compreendam a língua como um sistema flexível e dinâmico, refletindo as várias construções possíveis em contextos diversos. Essa visão mais ampla da gramática contribui para a formação de uma consciência crítica sobre como a língua é usada e suas implicações sociais.

Faraco (2008) destaca que a centralização da norma culta no ensino reforça estruturas de poder que privilegiam determinadas formas de expressão em detrimento de outras. Para formar cidadãos críticos, é necessário que o ensino de língua inclua uma análise das relações de poder envolvidas no uso da linguagem. Ao questionar a imposição de uma única norma, os alunos podem se tornar mais críticos e reflexivos sobre o papel da língua na manutenção de desigualdades sociais.

Franco e Peixoto (2021) também discutem a necessidade de uma nova visão pedagógica que supere o conservadorismo no ensino de língua. Eles defendem que a formação de cidadãos críticos requer uma prática pedagógica que valorize a diversidade linguística e que promova a reflexão sobre as implicações sociais do uso da língua. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e democrática.

Leite e Araújo (2014) propõem a textualização e adequação linguística como estratégias para promover o pensamento crítico no ensino de língua materna. Essas práticas incentivam os

alunos a refletirem sobre como diferentes textos e formas de expressão podem ser adaptados para diferentes contextos, ajudando-os a desenvolver uma visão mais crítica sobre as formas como a linguagem é usada para comunicar e persuadir.

Fernandes e Neto (2015) destacam que a inovação pedagógica, tanto no ensino de ciências quanto no de língua, é essencial para formar cidadãos críticos. Eles apontam que a adoção de práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas permite que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda e crítica da realidade. No ensino de língua, isso significa reconhecer a pluralidade linguística e usá-la como ferramenta para promover a reflexão e o engajamento social.

A educação linguística, quando orientada para o desenvolvimento de uma consciência crítica, torna-se uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos que compreendem a linguagem como um instrumento de transformação social. Ao explorar a língua como algo além de um conjunto fixo de regras gramaticais, os estudantes são incentivados a questionar as estruturas de poder e exclusão presentes na sociedade. Nesse sentido, a educação linguística desempenha um papel essencial ao capacitar os alunos a entenderem e criticarem as normas sociais que influenciam o uso da língua.

Um ponto fundamental é o reconhecimento de que a diversidade linguística não é apenas uma questão técnica, mas também uma questão política. Ao valorizar as diversas formas de expressão, a educação linguística ajuda a dismantelar o preconceito linguístico, que perpetua a marginalização de certos grupos sociais. Conforme destacado por Silva e Santos (2015), o reconhecimento e a valorização da pluralidade linguística não apenas melhoram o ambiente escolar, mas também contribuem para uma sociedade mais equitativa, na qual diferentes formas de expressão são respeitadas e legitimadas.

Além disso, a formação de cidadãos críticos requer que o processo educacional considere a linguagem como parte integrante da identidade e da cultura dos estudantes. Ao integrar a análise crítica das variantes linguísticas no currículo, como sugerido por Rossarola e Rodrigues (2015), os professores podem ajudar os alunos a verem a língua não apenas como um reflexo de suas identidades individuais, mas também como uma ferramenta de participação social. Essa abordagem promove uma reflexão sobre como a linguagem pode ser usada para construir ou derrubar barreiras sociais.

O conceito de "educação linguística sustentável" apresentado por Silva e Santos (2015) também destaca a importância de práticas pedagógicas que não apenas ensinem os alunos a usar a língua, mas também os incentivem a questionar o uso da linguagem como uma ferramenta de dominação ou emancipação. Através da análise crítica das práticas linguísticas, os estudantes

podem desenvolver habilidades para interpretar as intenções por trás dos discursos e compreender como a linguagem é utilizada para manipular ou influenciar a opinião pública.

Outra estratégia relevante é a proposta de Santos (2023) de utilizar a gramática de construções no ensino de português. Ao invés de focar exclusivamente na norma culta, essa abordagem reconhece a flexibilidade da língua e permite que os alunos analisem como diferentes formas de expressão se adaptam a diversos contextos sociais. Essa abordagem inovadora contribui para a formação de cidadãos que não apenas entendem a língua, mas também são capazes de usar suas habilidades linguísticas para promover a justiça social e a inclusão.

A análise das relações de poder envolvidas no uso da linguagem, como discutido por Faraco (2008), é essencial para a formação de cidadãos críticos. Ao questionar a imposição de uma única norma linguística, os alunos aprendem a reconhecer que a linguagem pode ser uma ferramenta de exclusão. Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de uma postura crítica em relação às estruturas sociais que reforçam desigualdades. Dessa forma, o ensino de língua pode ser transformado em um espaço de resistência contra a marginalização.

A proposta de Franco e Peixoto (2021) de uma visão pedagógica que promova a diversidade linguística é essencial para garantir que os alunos se tornem não apenas proficientes na língua, mas também conscientes de suas implicações sociais. Ao promover uma reflexão crítica sobre as diferentes formas de expressão linguística, os professores ajudam a formar cidadãos preparados para participar ativamente de uma sociedade plural e democrática, onde a linguagem não seja utilizada como ferramenta de segregação, mas de inclusão e autonomia.

As propostas discutidas ao longo do texto, como a inclusão de metodologias inovadoras e a formação continuada de professores sobre diversidade linguística, apontaram caminhos para uma prática pedagógica mais inclusiva. Além disso, a necessidade de reformulação das abordagens tradicionais foi evidenciada, de modo que a escola se torne um espaço de acolhimento e valorização de todas as formas de expressão.

5 A PERSISTÊNCIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A análise das produções teóricas consultadas evidencia que o preconceito linguístico ainda é uma prática recorrente no ambiente escolar e está diretamente relacionado à maneira como o ensino de Língua Portuguesa é conduzido. Historicamente, a escola brasileira consolidou-se sobre uma visão normativa da língua, em que a norma culta é apresentada como o modelo legítimo de correção e prestígio, enquanto as demais variantes — regionais, sociais ou culturais — são tratadas como desvios. Essa postura reforça hierarquias linguísticas e cria um cenário de exclusão dentro da própria sala de aula, em que muitos estudantes passam a considerar sua forma de falar como errada ou inferior.

Essa constatação dialoga com as análises de Faraco (2008) e Carvalho (2015), que ressaltam que a língua, ao ser reduzida à norma culta, perde seu caráter social e dinâmico, transformando-se em um instrumento de distinção e poder. Ao invés de promover uma aprendizagem significativa e contextualizada, o ensino normativo tende a deslegitimar as formas populares de expressão, o que contribui para a reprodução de desigualdades socioculturais. Silva e Santos (2015) reforçam essa ideia ao afirmar que a rigidez na aplicação das normas gramaticais nas escolas ignora a pluralidade linguística dos alunos e impede o desenvolvimento de uma educação linguística sustentável e inclusiva.

Os estudos de Figueiredo (2019), Franco e Peixoto (2021) e Jesus (2024) evidenciam que o conservadorismo presente nas práticas pedagógicas ainda é um dos principais desafios para o reconhecimento da diversidade linguística. Ao insistir em uma concepção tradicional de ensino, centrada na correção e no modelo único de fala, a escola acaba por reforçar o preconceito linguístico e comprometer o processo de aprendizagem. Essa realidade mostra que a superação do preconceito não depende apenas de mudanças nos conteúdos, mas também da formação docente, uma vez que muitos professores reproduzem, de forma inconsciente, a visão normativa com a qual foram formados.

Nesse sentido, Calicchio (2024) e Mesquita, Silva e Mesquita (2020) defendem que a abordagem da variação linguística em sala de aula, por meio de gêneros textuais diversos — como tirinhas, histórias em quadrinhos e práticas de textualização —, pode contribuir para desconstruir estereótipos linguísticos e ampliar a percepção dos alunos sobre a legitimidade de diferentes formas de expressão. Essa proposta pedagógica aproxima o ensino da realidade dos estudantes e favorece uma aprendizagem significativa, pautada no respeito e na valorização das identidades linguísticas.

Além disso, Campos (2016), ao discutir as perspectivas de Bakhtin, e Leite e Araújo (2014), ao tratarem da textualização e adequação linguística, reforçam que o ensino de língua materna deve promover o diálogo entre as diferentes vozes sociais, reconhecendo a pluralidade da língua como elemento constitutivo da identidade cultural dos falantes. Essas práticas, conforme observam Rossarola e Rodrigues (2015) e Fernandes e Neto (2015), incentivam a reflexão crítica sobre o uso da língua e fortalecem a compreensão da linguagem como fenômeno vivo, em constante transformação.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa reforçam que o preconceito linguístico é um reflexo das práticas escolares que priorizam a norma culta e negligenciam a pluralidade linguística do país. Ao reconhecer a língua como fenômeno social, o ensino de Língua Portuguesa pode se tornar um instrumento de inclusão, capaz de valorizar as diferentes vozes e realidades culturais dos estudantes. Para isso, é essencial que a formação docente, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas estejam alinhadas a uma perspectiva sociolinguística, conforme orientam Amorim, Ibiapina e Nascimento (2024) e Corrêa *et al.* (2024), além das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe o reconhecimento da diversidade linguística como princípio educativo.

Diante dessa realidade, combater o preconceito linguístico na escola requer uma mudança de concepção sobre o papel da linguagem no processo educativo. Bagno (2002) e Faraco (2008) defendem que a língua deve ser compreendida como uma prática social, viva e diversa, que reflete a identidade dos sujeitos e suas condições históricas e culturais. Assim, o combate ao preconceito linguístico não se faz apenas pela denúncia da discriminação, mas pela promoção do conhecimento científico sobre o funcionamento da língua e pela desconstrução da ideia de que há uma única forma correta de falar. Araújo (2017) e Carvalho (2015) destacam que, quando o aluno é valorizado em sua forma de expressão e entende que toda variedade linguística é legítima dentro de seu contexto, ele se sente incluído e passa a participar ativamente do processo de aprendizagem. Combater o preconceito linguístico, portanto, implica ensinar a norma culta sem desqualificar as demais, reconhecendo que todas as formas de linguagem cumprem funções comunicativas e sociais.

Em relação à segunda questão, que busca compreender quais são os principais desafios enfrentados pela escola na valorização da diversidade linguística, a literatura aponta que tais dificuldades estão diretamente relacionadas à permanência de uma concepção normativa de ensino da língua. Autores como Faraco (2008) e Carvalho (2015) destacam que o modelo tradicional, centrado na norma culta, ainda é predominante nas práticas escolares, dificultando o reconhecimento das variedades linguísticas como formas legítimas de expressão.

Essas práticas, segundo Figueiredo (2019) e Franco e Peixoto (2021), geram um ambiente em que a linguagem popular e regional é vista como incorreta, o que reforça o preconceito linguístico e impede a efetiva valorização da diversidade. O desafio, portanto, não está apenas em inserir o tema no currículo, mas em promover uma mudança de mentalidade que permita compreender a língua como fenômeno social e dinâmico, em constante transformação.

A resistência à mudança é apontada por Campos (2016) e Silva e Santos (2015) como um dos fatores que perpetuam o ensino normativo. Muitos docentes, formados sob a perspectiva tradicional, reproduzem metodologias que priorizam a correção gramatical em detrimento da reflexão sobre o uso da linguagem em diferentes contextos. Jesus (2024) acrescenta que essa postura compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, pois impede que o aluno perceba sua própria fala como parte legítima da língua portuguesa.

Somente quando a escola reconhece essas limitações estruturais é que se torna possível avançar em direção à valorização da diversidade linguística. Nesse sentido, Calicchio (2024) defende o uso de gêneros textuais variados — como histórias em quadrinhos, canções populares e tirinhas — como uma estratégia que aproxima o ensino da realidade linguística dos alunos e estimula a reflexão sobre as múltiplas formas de expressão. Já Leite e Araújo (2014) propõem a textualização como um caminho pedagógico que permite ao estudante compreender as diferenças entre fala e escrita sem desqualificar sua forma de falar.

Assim, observa-se que o principal desafio não está apenas na ausência de conteúdos sobre diversidade linguística, mas na persistência de práticas pedagógicas que ainda reforçam a hegemonia da norma culta. Superar esse quadro requer repensar o papel do professor, dos materiais didáticos e das concepções de ensino, de modo a consolidar uma educação linguística pautada no respeito à pluralidade cultural e comunicativa dos alunos

Em relação à terceira questão, que investiga de que forma a valorização da diversidade linguística contribui para a formação cidadã e crítica dos estudantes, observa-se que essa reflexão está diretamente relacionada ao papel social e político da escola. Quando a instituição reconhece e legitima as diferentes formas de falar, ela contribui para a construção da autoestima, da identidade cultural e do pensamento crítico dos alunos. Figueiredo (2019) ressalta que compreender a língua como prática social é fundamental para formar cidadãos conscientes de que a linguagem pode ser instrumento de poder, inclusão ou exclusão.

Nesse sentido, a valorização da diversidade linguística torna-se uma prática educativa que vai além da simples aceitação das variedades da língua; trata-se de promover o respeito à diferença e o reconhecimento da linguagem como um direito de todos. Franco e Peixoto (2021) e Calicchio (2024) destacam que o ensino pautado na diversidade linguística amplia a visão de

mundo dos estudantes, permitindo que compreendam a língua como parte da cultura e como meio de transformação social.

Além disso, Mesquita, Silva e Mesquita (2020) e Amorim, Ibiapina e Nascimento (2024) apontam que a inclusão de diferentes variedades linguísticas nas práticas pedagógicas fortalece a formação crítica, pois leva os alunos a refletirem sobre as relações de poder que atravessam o uso da língua. Essa consciência linguística contribui para a construção de uma postura cidadã mais empática, democrática e comprometida com o respeito às diferenças.

Assim, a valorização da diversidade linguística não se limita à dimensão linguística, mas se estende à formação integral do sujeito. Ao reconhecer o valor das múltiplas formas de expressão, a escola cumpre sua função social de promover uma educação humanizadora, crítica e inclusiva, que capacita os estudantes a compreenderem o papel da linguagem na construção de identidades e na luta por igualdade social

Assim, as reflexões apresentadas demonstram que combater o preconceito linguístico e valorizar a diversidade linguística não são ações isoladas, mas dimensões complementares de um mesmo processo educativo. A superação do ensino tradicional e normativo depende de um compromisso institucional e docente em compreender a língua como expressão de identidade, cultura e cidadania. Quando a escola reconhece a diversidade linguística como parte da formação humana, ela contribui efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente do valor das diferenças.

Nessa perspectiva, torna-se essencial que as práticas pedagógicas estejam fundamentadas nos princípios discutidos ao longo deste trabalho. O uso de gêneros textuais variados, a valorização das produções orais dos alunos, o incentivo à análise crítica de diferentes formas de fala e a textualização como estratégia didática são caminhos possíveis para promover um ensino de Língua Portuguesa mais inclusivo e significativo. Essas práticas contribuem para que o aluno compreenda a língua em sua dimensão social e se reconheça como sujeito ativo na construção do conhecimento linguístico.

Por fim, o estudo das práticas educacionais voltadas à valorização da diversidade linguística apresenta-se como uma possibilidade promissora para pesquisas futuras, permitindo aprofundar a compreensão sobre como as escolas podem efetivamente transformar o ensino da língua em um espaço de respeito, diálogo e equidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar e propor estratégias pedagógicas capazes de contribuir para o combate ao preconceito linguístico e para a valorização da diversidade linguística no contexto escolar. A partir da revisão de literatura realizada, foi possível compreender que o preconceito linguístico está fortemente enraizado nas práticas pedagógicas e nas concepções normativas que orientam o ensino da Língua Portuguesa no Brasil. O estudo demonstrou que o predomínio da norma culta como único modelo legítimo de uso da língua gera exclusão, reforça desigualdades e compromete a construção da identidade e da autoestima dos estudantes.

Com base nas análises desenvolvidas, constatou-se que combater o preconceito linguístico na escola requer, antes de tudo, o reconhecimento da língua como fenômeno social e cultural. Essa compreensão implica adotar uma postura pedagógica que respeite e legitime as diferentes formas de expressão linguística, considerando-as parte da vivência e da identidade dos sujeitos. Ensinar a norma culta continua sendo necessário, mas ela deve ser apresentada de maneira reflexiva, sem desqualificar as outras variedades que coexistem na sociedade.

A investigação também evidenciou que a escola pode valorizar a diversidade linguística ao integrar em suas práticas o estudo das variações regionais, culturais e sociais da língua, explorando gêneros textuais diversos, produções orais e escritas que dialoguem com o universo dos alunos. Estratégias como a textualização, o uso de histórias em quadrinhos, músicas e outras manifestações populares contribuem para um ensino mais dinâmico, inclusivo e representativo da realidade linguística brasileira. Essas ações pedagógicas tornam a aprendizagem mais significativa e estimulam a participação dos estudantes, promovendo o respeito às diferenças.

Por fim, observou-se que a valorização da diversidade linguística contribui diretamente para a formação cidadã e crítica dos estudantes. Quando a escola ensina que todas as formas de linguagem têm valor, ela educa para o respeito, a empatia e a igualdade. O reconhecimento das variedades linguísticas fortalece a identidade dos alunos e amplia sua compreensão sobre as relações de poder que permeiam o uso da língua na sociedade. Desse modo, o ensino da Língua Portuguesa ultrapassa o campo gramatical e se transforma em uma ferramenta de emancipação e conscientização social.

Diante dessas considerações, conclui-se que o enfrentamento do preconceito linguístico e a valorização da diversidade exigem um novo olhar sobre o papel da escola e do professor. É preciso que o ensino da língua seja pautado pela inclusão, pela pluralidade e pela formação crítica dos sujeitos. Como proposta para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento de

estudos que analisem práticas pedagógicas inovadoras voltadas ao ensino sociolinguístico e suas contribuições para a construção de uma educação linguística verdadeiramente democrática e transformadora.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Thiago de Sousa; IBIAPINA, Darkyana Francisca; NASCIMENTO, Juscelino Francisco. Práticas de linguagem na base nacional comum curricular: propostas e discussões. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 1, p. e249125-e249125, 2024.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, sóciohistóricos e empíricos. In: **Estudos sobre o Português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. Blucher Open Access, 2017. p. 45-72.
- BAPTISTA, Maria Alice Silva et al. **Norma culta e ensino: uma dimensão linguística possível**. 2013.
- CALICCHIO, Fátima Christina. O ensino da variação linguística pelo gênero textual HQ. **DIVERSITÀ: Revista Multidisciplinar do Centro Universitário Cidade Verde**, v. 10, n. 1, 2024.
- CAMPOS, Maria Inês. Bakhtin e o ensino de língua materna no Brasil: algumas perspectivas. **Revista Conexão Letras**, v. 11, n. 16, 2016.
- CARVALHO, Rafael Dantas de. **Direitos humanos e diversidade linguística no ensino médio do distrito federal**. 2015.
- CORRÊA, Laura Queiroz et al. **Decolonialidade e ensino de língua inglesa: o que dizem os estudos em Linguística Aplicada?** 2024.
- FARACO, C. Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. 2008.
- FERNANDES, Rebeca CA; NETO, Jorge Megid. Inovações pedagógicas no ensino de ciências dos anos iniciais: um estudo a partir de pesquisas acadêmicas brasileiras (1972-2012). **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências–XI ENPEC Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC–3 a**, v. 6, 2015.
- FIGUEIREDO, Fabrício Silva. Desconstruindo pré-conceitos: uma perspectiva sociolinguística das aulas de Português. **Caderno Intersaberes**, v. 8, n. 14, 2019.
- FRANCO, Isaquia dos Santos Barros; PEIXOTO, Elza Rodrigues Barbosa. Prática pedagógica: do conservadorismo a uma nova visão de ensino. **Revista São Luis Orione**, v. 8, n. 2, p. 18-36, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- JESUS, Aline Conde. Contribuições sociolinguística para o ensino da língua-materna. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 4639-4646, 2024.
- JESUS, Fabiane; MANZANO, Luciana Carmona Garcia. Inovação X conservadorismo: uma análise discursiva de práticas de ensino de língua portuguesa em escola inovadora. **Línguas e Instrumentos linguísticos**, n. 43, p. 9-32, 2019.
- JORGE, Alexandre. FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós.

São Paulo: Parábola Editorial, 2008. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 9, n. 25, p. 589-612, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica** Editora Atlas. 2017.

LEITE, Eliete de Castro; ARAÚJO, Marcilene de Assis Alves. **Retextualização e adequação linguística: uma proposta sociointeracionista para o ensino da língua materna na escola pública**. 2014.

MESQUITA, Flávio Fernandes; SILVA, Marinalba dos Santos; MESQUITA, Renata Fernandes. O desvio da norma culta: trabalhada numa declaração caipira da tirinha de chico bento. **Revista FAROL**, v. 11, n. 11, p. 182-195, 2020.

ROSSAROLA, Lenir Maria; RODRIGUES, Nara Caetano. Proposta de intervenção para o ensino da língua materna: análise linguística de aspectos verbais em artigo assinado. **Pensares em Revista**, n. 7, 2015.

SANTOS, Danielle. Gramática de construções no ensino de português como língua materna: uma proposta para a educação básica. **Vivência**, p. 107, 2023.

SILVA, Elis Rodrigues. **A licenciatura em língua portuguesa, as lacunas prático-pedagógicas e o ensino da língua materna: uma análise do currículo de Letras–Português da Universidade de Brasília**. 2023.

SILVA, Evilásio do Nascimento. **Variação linguística: das discussões acadêmicas aos livros didáticos**. 2014.

SILVA, Oziel Pereira; SANTOS, Janete Silva. Educação linguística sustentável: ressignificando o ensino de língua materna. **Revista Intersecções**, v. 8, n. 16, p. 108-126, 2015.

WAMSER, Camila Arndt. **Atividade epilinguística e ensino de língua materna: uma proposta de gramática reflexiva sobre a marca como para o ensino fundamental**. 2018.

ZANZI, Jaqueline; FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. A variação linguística no livro didático Português: linguagens 6º ano do EF. **Anais do seminário formação docente: intersecção entre universidade e escola**, v. 2, n. 2, 2018.